

DP WORLD E RUMO ESTUDAM PARCERIA EM ÁREA DE TERMINAL NO PORTO DE SANTOS

Operadoras avaliam implantar instalações para movimentação de grãos e fertilizantes

Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.120180:1601066259/Porto-de-Santos.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=fafdaed&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.120180:1601066259/Porto-de-Santos.jpg?f=2x1&pf=fafdaed&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Em comunicado divulgado ontem, a Rumo informou que o objetivo é ampliar a capacidade e a eficiência (Carlos Nogueira/AT)

A Rumo (Grupo Cosan) fechou, na semana passada, um memorando de entendimentos com a DP World Brasil, para estudarem a

instalação de um terminal de grãos e fertilizantes na área disponível da DP no Porto de Santos.

Estudos preliminares realizados pelas empresas mostram que o terminal poderá ter capacidade de movimentação aproximada de 11 milhões de toneladas por ano, sendo 8 milhões de toneladas de grãos e 3 milhões de toneladas de fertilizantes.

Em comunicado divulgado ontem, a Rumo informou que o objetivo é ampliar a capacidade e a eficiência portuária em Santos, “além de aumentar a predominância do modal ferroviário na recepção de fertilizantes e despacho de grãos, suportando as expectativas de crescimento do agronegócio do Centro Oeste do Brasil e suas exportações”.

O comunicado foi assinado pelo vice-presidente financeiro e diretor de Relações com Investidores da Cosan, Ricardo Lewin.

A DP World Santos opera um terminal de uso privado (TUP), especializado na movimentação de contêineres e carga geral, na área do complexo marítimo. Ele se localiza na Margem Esquerda do cais santista, na Área Continental de Santos, ao lado da Ilha Barnabé.

O projeto a ser estudado pela DP World e pela Rumo, se confirmado, não será o primeiro empreendimento realizado pela operadora portuária a partir de uma parceria. Na semana passada, na presença do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas (que visitava o Porto de Santos), ela inaugurou um novo armazém e um novo trecho de cais de sua instalação, estruturas destinadas à movimentação de celulose e implantadas em acordo com a Suzano Papel e Celulose.

O empreendimento, que representou um investimento de R\$ 700 milhões, conta com um armazém de 35 mil metros quadrados e capacidade estática para mais de 150 mil toneladas de celulose, um viaduto rodoviário ligando a instalação e os berços de atracação do terminal marítimo e, ainda, o novo trecho de cais, com 447 metros. Com essa ampliação, a DP World Santos passa a ter 1.100 metros de cais, podendo receber até quatro navios simultaneamente.

De acordo com a operadora portuária, em seis meses de atividade, a celulose já responde por 15% do seu faturamento.

Rumo

Maior operadora logística com base ferroviária independente da América Latina, a Rumo já atua no Porto de Santos. Ela é a controladora da Portofer, responsável pelo transporte ferroviário de cargas no interior do complexo marítimo, e administra os dois terminais portuários do Grupo

Cosan no cais santista, especializados na exportação de açúcar e grãos e localizados na Margem Direita do Porto (em Santos).

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 24/11/2020

MINFRA ESTUDA PLANO PARA GARANTIR OBRAS NO PORTO DE SANTOS

Proposta é que parte da outorga de terminais seja paga em obras

Matheus Müller Da Redação



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.123391:1602959447/Porto-de-Santos.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=77b77cf&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.123391:1602959447/Porto-de-Santos.JPG?f=2x1&pf=77b77cf&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Proposta é que parte da outorga de terminais seja paga em obras (Foros: Carlos Nogueira)

O Ministério da Infraestrutura (Minfra) estuda permitir que os valores de outorga dos arrendamentos portuários possam ser pagos, em parte, com a realização de obras que cabem às autoridades portuárias. A medida, se aprovada, poderá ser aplicada no Porto de Santos, para a construção do viaduto previsto no trecho Macuco-Ponta da Praia da Avenida Perimetral da Margem Direita, em Santos.

A avaliação dessa estratégia foi confirmada pelo secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, do Minfra, Diogo Piloni, que esteve em Santos na última segunda-feira. Ele acompanhava o ministro Tarcísio Gomes de Freitas, em evento de assinatura dos contratos de arrendamento dos lotes STS14 e STS14A (destinados à movimentação e ao armazenamento de celulose), com as empresas Eldorado e Bracell, respectivamente. Os dois acordos renderam um total de R\$ 505 milhões em outorgas (valor oferecido por uma empresa para vencer um leilão).

O viaduto é fundamental para as operações das duas empresas em seus futuros terminais, pois estes ocuparão terrenos na Ponta da Praia - trecho beneficiado pelos elevados, que serão utilizados para o tráfego de caminhões.

“É uma obra importante para a operação dos terminais de celulose que foram licitados (Eldorado e Bracell). Portanto, estamos estudando alternativas e sendo criativos, até por orientação do ministro. Estamos vendo até a possibilidade de os valores de outorgas dos terminais serem revertidos para a obra do viaduto”, disse Piloni.

O ministro Tarcísio disse ainda que pode incluir as obras dos viadutos na proposta de concessão da Autoridade Portuária de Santos ou da Portofer (concessionária do transporte ferroviário do cais santista), ambas em estudo.

“Acho que a gente vai ter, no mais curto prazo, uma perspectiva desses investimentos”, disse.

Problemas

As obras do trecho Macuco-Ponta da Praia da Perimetral estão atrasadas devido aos problemas financeiros da Construtora Cappellano, contratada em 2015 para o serviço. Ela não concluiu os trabalhos e teve o contrato rescindido em março deste ano, quando apenas 18% dos serviços haviam sido feitos.

A Portofer assumiu os trabalhos e deu continuidade aos serviços, como parte dos investimentos da empresa. As intervenções, no entanto, não contemplam o viaduto, apenas reparação das vias, execução das estrutura de concreto (muros) e acabamento das vias ferroviárias.

Viaduto

O projeto da Perimetral prevê acesso ao futuro viaduto a partir do terreno antes ocupado pela empresa Lloydbratti, sentido Ponta da Praia, na Avenida Mário Covas Júnior. O elevado vai

passar sobre a avenida e o Pátio de Contêineres do Armazém XXXVI (36 externo), até o trecho ocupado pelo pátio ferroviário e pela avenida interna.

O viaduto de saída segue com o de entrada, saindo da área interna do Porto, mas desembocando na pista da Avenida Mário Covas sentido Macuco.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 24/11/2020

MINISTRO DA INFRAESTRUTURA PARTICIPARÁ DO PORTO & MAR 2020

Realizado pelo Grupo Tribuna, seminário reunirá autoridades e lideranças empresariais no próximo dia 1º, no Santos Convention Center

Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.129008:1606004398/Tarcisio-Gomes-de-Freitas.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=e02b03d&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.129008:1606004398/Tarcisio-Gomes-de-Freitas.jpg?f=2x1&pf=e02b03d&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Ministro Tarcísio Gomes de Freitas debaterá os planos para o Porto (Ricardo Botelho/Mlnfra)

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, participará do Porto & Mar 2020 – Seminário A Tribuna para o Desenvolvimento

do Porto de Santos, que será realizado no próximo dia 1º, no recém-inaugurado Santos Convention Center. As inscrições já estão abertas.

O seminário, realizado pelo Grupo Tribuna, reunirá especialistas, autoridades e lideranças empresariais para debater, durante todo o dia, temas estratégicos para o crescimento do cais santista. Entre os assuntos que serão discutidos, estão os planos do Governo Federal para o Porto de Santos, o processo de desestatização da administração do complexo marítimo e as expectativas para a relação Porto-Cidade nos próximos anos.

A solenidade de abertura do evento está marcada para as 9 horas, com a participação de autoridades da região e do setor portuário.

Logo em seguida, às 9h30, haverá o painel O Futuro do Porto de Santos: Desestatização e Novos Investimentos. O processo de privatização da administração portuária está em estudo no Governo Federal. Esse trabalho já foi iniciado pelo consórcio contratado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para estudar qual o melhor modelo de gestão a ser implantado no complexo marítimo nessa nova fase.

De acordo com o Ministério da Infraestrutura, que supervisiona o processo de desestatização, o edital do leilão deve ser publicado no terceiro trimestre do próximo ano, com a sessão ocorrendo em 2022.

Em seguida, os planos do Governo Federal para o complexo marítimo, tanto durante os próximos dois anos de gestão pública, como para sua administração privada, estarão entre os temas a serem destacados pelo ministro Tarcísio Gomes de Freitas, em palestra programada para as 11 horas,

A programação continuará à tarde, às 14 horas, com o painel 2021-2024: Uma Nova Relação Porto-Cidade na Região. O debate reunirá lideranças municipais e portuárias para tratar de como a região e o complexo marítimo podem se integrar melhor, conseguindo um maior desenvolvimento.

Às 16 horas, está previsto o painel Inovação Tecnológica no Setor Portuário, abordando as novidades em sistemas digitais e avanços técnicos nesse mercado.

O seminário **Porto & Mar 2020** terá seu encerramento às 18 horas.

Inscrições

Para participar do **Porto & Mar 2020 – Seminário A Tribuna para o Desenvolvimento do Porto de Santos** e acompanhar seus debates e palestras no Santos Convention Center, os interessados devem se inscrever pelo site até o próximo dia 30. É necessário pagar uma taxa de R\$ 400,00. E as vagas são limitadas.

Inaugurado no final do mês passado, o Santos Convention Center fica na Praça Almirante Gago Coutinho, 29, na Ponta da Praia.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 22/11/2020



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DA ANTAQ VISITA INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS DO MARANHÃO

Na oportunidade, Gabriela Costa e equipe conferiram in loco o andamento das obras de ampliação dos terminais de granéis arrendados do Porto do Itaqui

Gabriela, durante visita a controle de operações de terminal portuário...

No período de 16 a 18 de novembro, a superintendente de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Gabriela Costa, acompanhada do especialista da Superintendência, Vinícius Campelo, visitaram a Unidade Regional de São Luís – URESL e o Complexo Portuário de São Luís, formado pelos terminais de uso privado de Ponta da Madeira (VALE) e do Consórcio ALUAMAR e pelo Porto Público do Itaqui.

Os especialistas realizaram visitas e reuniões técnicas com as diretorias de operações portuárias dos TUPs, da autoridade portuária do Itaqui (Emap) e dos terminais arrendados do porto público: Terminal de Grãos do Maranhão – TEGRAM; Companhia Operadora Portuária do Itaqui- COPI; Granel Química e Terminal Químico de Aratu – TEQUIMAR.

Na ocasião, a superintendente de Fiscalização da ANTAQ tratou de temas relacionados aos terminais de granéis, que tiveram a prorrogação antecipada de seus contratos de arrendamento mediante a realização de novos investimentos. Gabriela Costa e equipe puderam ampliar o conhecimento mercadológico e técnico das operações dos terminais, além de aferirem in loco o andamento das obras de ampliação dos terminais.

na reunião com a Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, a Diretoria da autoridade portuária apresentou números e projetos promissores referentes à modernização e crescimento das operações do porto. Entre outros assuntos tratados, conversaram sobre o gerenciamento do canal de acesso ao complexo portuário que envolve a VALE, a EMAP e a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA.

... e na URESL, com o chefe da Unidade, servidores e Vinícius Campelo(D). Fotos: ANTAQ. Por fim, a equipe da SFC reuniu-se com os servidores da URESL, onde conheceu os novos servidores e tratou de temas relevantes para o trabalho da de fiscalização da Agência, como a nova metodologia da Fiscalização Responsiva e aspectos estratégicos das ações fiscalizatórias.

Na oportunidade, o chefe da URESL, Marcelo Carvalho, comentou sobre a visita: “É sempre muito bom receber os colegas da SFC de Brasília, pois podemos apresentar as especificidades dos nossos regulados e compartilhar as alternativas de soluções para nossas dificuldades”.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data : 20/11/2020



PORTAL PORTO GENTE

CÂMARA DE ARBITRAGEM DO TRANSPORTE DE CARGA

Assessoria de Comunicação

O Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de São Paulo e Região (Setcesp) lançou em live a Câmara de Arbitragem do Transporte de Cargas (CATC) em parceria com o Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado de São Paulo (Sindicam-SP).

A câmara de arbitragem é a instância para resolução de conflitos de forma não judicial. Logo, a arbitragem é método litigioso de solução de controvérsias e as câmaras são entidades autônomas. Normalmente, as partes escolhem uma câmara responsável pela mediação em caso de conflitos no ato da assinatura de contrato.

Com participação do presidente do conselho superior e de administração do Setcesp, Tayguara Helou e o assessor da entidade, Adauto Bentivegna Filho, junto com representantes do Sindicam, o lançamento da câmara recebeu a advogada, presidente da Comissão de Mediação e Conciliação OAB/Santana e mediadora no Tribunal de Justiça de São Paulo, Janda Thibes.

A convidada explicou os fins de uma câmara de arbitragem, introduzindo a tecnicidade do assunto. "Os institutos de mediação, conciliação e negociação, chamados autocompositivos, possuem um grau de informalidade, trazendo a vantagem de o cidadão ter o controle do processo, podendo dizer quais são os reais interesses e necessidades. Não deixar nas mãos de um juiz que tem uma abrangência de conhecimento, mas não tem o tempo hábil para escutar cada indivíduo. Por isso surgiu a mediação e conciliação".

O presidente do sindicato falou um pouco sobre o início da idealização da câmara e as expectativas para a mesma. "Esse é um sonho para o transporte de cargas no Brasil há muitos anos. Começamos a construir esse sonho há um ano atrás para que pudesse ficar bem estruturado, ter uma configuração jurídica específica e dar segurança para aqueles que participarem. Trabalhamos muito para ter certeza de que todas as decisões tomadas sejam válidas e não acarretem em outros conflitos para nenhuma das partes. Trouxemos pessoas com conhecimento técnico sobre arbitragem e conciliação dentro do transporte de cargas. Nós queremos expandir essa câmara para ser uma câmara de transporte de todos os modais para o Brasil todo".

Complementando a fala de Helou, o presidente do Sindicam, Norival de Almeida Silva fez elogios ao trabalho em parceria. "Com a câmara temos mais uma opção para poder eliminar as dificuldades de qualquer natureza. Acho que isso é uma vitória para o transporte rodoviário de cargas e é um empenho formalizado que não podemos deixar de reconhecer."

Fonte : Portal Porto Gente
Data : 24/11/2020

RODOANEL TERÁ PRAÇA PARCIALMENTE INTERDITADA NOS PRÓXIMOS MESES

Assessoria de Comunicação

A praça de saída do trecho Sul do Rodoanel Mario Covas no km 50, em Parelheiros (SP), ficará com 45% das cabines interditadas pelos próximos meses.

A ação será necessária para reconstrução da cobertura da praça, derrubada na tarde de ontem, após um caminhão se chocar contra a cabine de pagamento automático.

De um total de 14 cabines existentes, seis ficarão interditadas até que seja refeita a cobertura. Pelo local passam, em média, 24 mil veículos por dia.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 23/11/2020

SECRETÁRIO DE TRANSPORTES DE SÃO PAULO APOIA TÚNEL SUBMERSO DO PORTO DE SANTOS

Editor Portogente

Ao tratar de competitividade, é preciso compreender os fatores que determinam as suas peculiaridades

Os fatos são diferentes do que pretende insuflar pela imprensa o secretário estadual de Logística e Transportes de São Paulo, João Octaviano Neto, que encena, sem a clareza e distinção necessárias, a justificativa da ponte ligando a seco as margens do Porto de Santos. Não paira dúvida de que o túnel submerso é a melhor solução de engenharia - com espírito analítico, criatividade e aspectos multidisciplinares - para essa travessia; um problema complexo que afeta o porto e as cidades.



https://portogente.com.br/images/Dad_24NOV2020.jpg

No mesmo texto, o secretário deturpa a noção de governança republicana ao se referir à competitividade do túnel, sem atrelamento a negócio paralelo, relacionado com a ponte oferecida pela Ecovias. Com certeza, não é esse nível de debate, sem significação, que a sociedade exige para entender uma decisão que irá alterar o seu cotidiano. Pois envolve o mais importante

porto do Hemisfério Sul e uma das mais antigas regiões do País.

No século XXI não há oportunidade para falsos dilemas nem raciocínios inexplicáveis que aprofundam a ruptura das ligações comunitárias. Trata-se de escolher com ampla visão a ligação a seco eficaz, para construir espaço urbano que liga duas cidades de múltiplos fluxos. Um relevante é a vocação turística da região. Portos devem ter uma relação para garantir que, de fato, 'Cidade e Porto irão juntos', como bem demonstram os acessos e as facilidades do túnel.

É preciso construir o túnel, como afirma João Otaviano: "A ponte não inviabiliza o túnel." Fato inequívoco de que o túnel é essencial. Realmente, onde está planejada e foi a de Prestes Maia, a ponte já está construída na Via Piaçaguera-Guarujá. O túnel é uma ligação da relação moderna Cidade e Porto. E o ministro da Infraestrutura Tarcísio de Freitas demonstra pressa para realizar essa obra, ao anunciar que o estudo está em curso e no final de 2021 será encaminhado às instâncias de aprovação.

O túnel complementa a circulação segregada dos fluxos portuário e urbano, como continuação submersa da Avenida Mário Covas, tratada como avenida portuária. Além de tudo isso, será mais uma atração oferecida pela concorrida região turística, como é a ponte Rio-Niterói.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 23/11/2020

LENTE DE LIMITES E FLUXOS EM PORTO, CIDADE & CIA

Editor Portogente

Os portos precisam ser infinitamente mais estratégicos na gestão da relação Porto–Cidade. Esta é a condição para os portos da cidade de hoje.

É absolutamente equivocada a governança atrelada aos anunciados arrendamentos das áreas STS 08 e STS 08A para operar granéis líquidos (combustíveis), na Alamoia, no Porto de Santos, que foi objeto do editorial do Portogente, de 16 de novembro último. A condição de funcionamento, até há pouco tempo, dos terminais ali instalados, era incompatível com o atual paradigma de relação Cidade e Porto.

Trata-se de terminais que fazem parte de um todo que não atende à análise de avaliação de consequências e vulnerabilidade, tão necessária à relação Porto e Cidade. Estamos falando em danos causados ao ser humano por liberações acidentais em uma área tão perto de área residencial e com densidade populacional. À vista disso, trata-se de um projeto que impacta o tecido urbano, sob os múltiplos sentidos da sustentabilidade.

Casos como esse fazem da busca por relacionamentos sustentáveis entre a cidade e o porto permanecer um enigma no qual interesses conflitantes estão em jogo. Entretanto, cada vez mais o mundo exige sustentabilidade no amplo sentido. Não se pode aceitar mais desenvolvimento com projetos imperfeitos e que colocam em risco uma sociedade. Desenvolvimento com selo de perigo.

Relação Porto e Cidade vem sendo discutida mundialmente à luz da governança e na qual a Autoridade Portuária é o ator principal. É no seio da razão humana, atributo singular aos seres humanos, é que irá se buscar a saída moderna para essa crise que se tornou a Alamoia, no Porto de Santos. Por isso, Portogente põe esse tema em destaque, com debates e programas.

O programa Porto, Cidade & Companhia vai pautar nacionalmente esse debate entre as cidades e seus portos. Um diálogo em que a universidade, por meio dos pesquisadores, é a convidada especial.

É uma nova forma de explorar o desenvolvimento da Cidade Portuária com lentes de limites e fluxos.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 21/11/2020



O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

BRASIL EXPORT ANUNCIA RETORNO DE SANTOS EXPORT PARA 2021



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Geral-2-1024x680-1-768x510.jpeg>

Fórum contará com conselhos feminino e internacional, criação de calendário permanente de eventos e ampliação de Brasil Hack Export; encontro nacional continua nesta terça-feira

Durante a solenidade de abertura do Brasil Export 2020, realizada em Brasília (DF), na noite desta segunda-feira (23), o CEO do Fórum Brasil Export, Fabrício Julião, anunciou um pacote de novidades para o evento em 2021. A principal delas é a retomada do

Santos Export. Também serão criados novos conselhos (internacional e feminino), ampliação de atividades do Brasil Hack Export e implantação de um calendário de eventos permanente para o ano todo do Fórum.

A última edição do Santos Export aconteceu em 2019. Neste ano, em vez de apenas um evento, foram realizados cinco encontros regionais pelo País, além do fórum nacional. O Santos Export será retomado por meio da parceria com o Sistema Santa Cecília de Comunicação. Em sua nova versão, o Santos Export será ampliado e integrado aos fóruns regionais já existentes.



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/11/FabricioJuliao1-1024x642-1-768x482.jpeg>

O CEO do Fórum Brasil Export, Fabrício Julião

O Santos Export será remodelado e vamos repetir as coisas que deram certo no Brasil Export. O conselho técnico do Santos Export não terá só os representantes dos terminais, mas vamos e trazer representantes da sociedade e grandes lideranças locais para discutirmos aspectos importantes relativos ao Porto de Santos. Abriremos

a temporada dos regionais com o Santos Export”, afirmou o executivo.

O diretor-geral do Sistema Santa Cecília celebrou a parceria. “Mais um marco para a Santa Cecília TV, que reforça nosso compromisso de levar informação e contribuir para o desenvolvimento da Baixada Santista, não apenas no nosso jornalismo mas em todos os projetos de que participamos”, disse.

A criação dos dois novos conselhos atende a uma demanda já existente. Várias autoridades internacionais de países como Singapura, Canadá e Panamá já participaram tanto dos webinários quanto dos encontros regionais e ainda da atual edição do Brasil Export. O conselho feminino busca ampliar estimular cada vez mais a participação das mulheres nos debates sobre logística e infraestrutura.

Segundo Julião, os 100 webinários realizados neste ano comprovaram que o setor demanda de discussões permanentes, e não apenas de eventos pontuais.

Segundo o executivo, no caso do Brasil Hack Export, que se mostrou um sucesso e contou com grande engajamento, tendo recebido mais de 1.100 inscrições, e mobilizou perto de 200 especialistas, entre mentores e jurados, evoluirá para o modelo empregado no Pier71 de Singapura, referência entre companhias marítimas e startups de tecnologia. “Os resultados que observamos em todas as etapas regionais e na final nos dão a certeza de que é possível obter resultados muito positivos nessa união das comunidades de criativos à logística. Nos honrados por sermos, junto com os nossos parceiros, a Zero Treze Innovation Space e Abtra, estimuladores desse processo”, afirma Julião.

Balanço do primeiro dia

As novidades foram compartilhadas para diversas autoridades portuárias, dirigentes de entidades, empresários e autoridades do governo federal, entre elas o secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, que realizou a palestra de abertura. Nela, Sampaio mostrou uma série de realizações da pasta deste ano. E adiantou alguns dados de avanço nos subíndices de transportes que serão divulgados na íntegra no próximo mês. Entre eles estão 18 posições em aeroportos, 13 em portos, 8 em rodovias e 1 em ferrovias na pesquisa de opinião do ranking de competitividade do Fórum Econômico Mundial.



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/11/MarceloSampaio-1024x642-1-768x482.jpeg>

O secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio

O primeiro dia do Brasil Export em Brasília começou com a realização de dois eventos simultâneos: os dois painéis da manhã tecnológica do Brasil Hack Export e os dois painéis do 1º Enaph (Encontro Nacional de Autoridades Portuárias e Hidroviárias).

Os painéis tecnológicos reuniram nomes tais como Mark Lim, do PIER71 Singapore, Carlos Lessandro Rischio, da IBM, e Mariana Pescatori, diretora de programa da Secretaria-Executiva do Ministério da Infraestrutura. Os painéis do Enaph contaram dirigentes de seis portos brasileiros, entre eles Fernando Biral, do Porto de Santos, Ted Lago, do Porto de Itaquí, e Mayhara Chaves, da Docas do Ceará, também presidente da Abeph (Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias), que organizou o encontro.

À tarde os presidentes dos cinco conselhos do Fórum Brasil Export, além de autoridades, dirigentes de entidades e presidentes de portos apresentaram um resumo das atividades desempenhadas nos encontros regionais.



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/11/MolitzasCheque-1024x641-1-768x481.jpeg>

Vencedor do Brasil Hack Export

A equipe DLPortos foi a grande vencedora do Brasil Hack Export. O time levou o grande prêmio de US\$ 5 mil e também uma viagem para Singapura, onde conhecerão complexo de inovação do porto local.

Eles apresentaram o projeto “Smart Berths” e venceram o desafio, que era o de conhecer a eficiência dos portos do Brasil durante o escoamento da safra usando os dados do Porto sem Papel e construir soluções para otimizar a logística portuária usando inteligência artificial.

Ricardo Molitzas, gerente-executivo da Sopesp, mostra prêmio do Brasil Hack Export

Segundo dia

O Brasil Export continua nesta terça-feira (24), com a realização de quatro painéis que abordarão os seguintes temas: “A importância de uma multimodalidade eficiente para a competitividade do Brasil no cenário internacional”; “Marcos regulatórios x segurança jurídica: os desafios para atrair investidores”; “Capital estrangeiro em infraestrutura e a realidade pós pandemia de Covid-19”, e “Política e planejamento de Estado para o setor de logística e de infraestrutura portuária”.

Após a solenidade de encerramento acontece o anúncio do “Portos + Brasil”, do Ministério da Infraestrutura, com a presença do ministro Tarcísio Gomes de Freitas.

Brasil Export 2020 – Fórum Nacional de Logística e Infraestrutura Portuária

Data: de 23 a 24 de novembro

Local: Royal Tulip Alvorada, em Brasília

Inscrições: bit.ly/BrasilExport2020

Patrocínio: Abeph, Abol, ABTP, Abtra, APS, ATP, CNT, CDRJ, DP World Santos, Ecorodovias, Fenop, Gallotti, Piacentini do Brasil, Porto do Açu, Praticagem do Brasil, Sammarco, Santos Brasil, Sopesp, T-Grão, TIL e Unimed Santos.

Apoio Institucional: Ministério da Infraestrutura

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 24/11/2020

NOVOS DIRETORES DA ANAC TOMAM POSSE NESTA SEGUNDA-FEIRA

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, participou, nesta segunda-feira (23), da cerimônia de posse do novo diretor-presidente da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), Juliano Noman, e dos diretores Ricardo Catanant e Rogério Benevides. A nomeação dos três já havia sido publicada no Diário Oficial da União no último dia 4, depois da aprovação do Senado Federal. O outro diretor nomeado, Tiago Sousa Pereira, será empossado em março do próximo ano.

Durante a cerimônia de posse, o ministro exaltou as qualidades técnicas da diretoria, bem como os resultados da agência no enfrentamento à crise do setor aéreo. “É uma diretoria de pratas-da-casa. Toparam vir para emprestar o talento para transformar. E nós vamos seguir trabalhando para transformar a aviação brasileira. Não é por acaso que melhoramos 18 posições no ranking de opinião sobre aviação do fórum mundial”, exaltou Tarcísio de Freitas. “Atravessamos a maior crise de todos os tempos e a agência se saiu super bem, conseguindo respostas rápidas. Nenhuma outra agência conseguiu equacionar em tão pouco tempo um reequilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessões. E ano que vem, provavelmente em março, vamos fazer o leilão de mais 22 aeroportos”, completou o ministro.

PERFIS TÉCNICOS – Economista e Especialista em Gestão de Infraestrutura Aeroportuária pelo ITA, Juliano Alcântara Noman foi o primeiro servidor a ocupar o cargo de diretor e, conseqüentemente, assumir o cargo de diretor-presidente da ANAC. Ele foi designado para preencher a vaga deixada por José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz e tem mandato até 19 de março de 2025. “A pandemia realçou a necessidade de algumas coisas que já precisavam ser feitas. E nosso desafio é o de simplificar, tirar o que é desnecessário e reduzir os custos. Não vai faltar empenho da ANAC. Estou cercado de um timaço”, avaliou Noman.

Ricardo Bisinotto Catanant também é especialista em Regulação de Aviação Civil da ANAC e estava exercendo mandato de diretor-substituto da agência desde janeiro de 2020. “São cinco anos de mandato, mas já estou achando pouco tempo dentro daquilo que o país necessita,” disse Catanant.

Rogério Benevides Carvalho foi nomeado na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Felon das Neves Júnior e vai compor a diretoria da ANAC até 7 de agosto de 2024. Benevides é engenheiro Aeronáutico pelo ITA e especialista em Engenharia de Produção pela UFF e em Economia do Transporte Aéreo pelo Metropolitan State College. “Tive uma vida voltada à aviação desde cedo. Não sou um iniciante e o desafio é intrigante. Aos 60 anos, eu não poderia perder a oportunidade de trabalhar com um grupo tão positivo, que vai virar a página dessa pandemia deixando a aviação brasileira muito mais forte”, afirmou Benevides.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 24/11/2020

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DESTACA RESULTADOS ALCANÇADOS PELO PAÍS EM TERMOS DE COMPETITIVIDADE

O secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, participou na noite desta segunda-feira (23) da solenidade de abertura do Fórum Nacional de Logística e Infraestrutura Portuária – Brasil Export, realizado em Brasília. Em sua participação, o secretário destacou sobre os desafios do ministério para o desenvolvimento da logística nacional e os avanços conquistados até o momento.



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/11/1606222128793-768x512.jpeg>

Foto: Divulgação Marcelo Sampaio

Um panorama das ações em curso no MInfra para tornar o segmento de infraestrutura mais eficiente e competitivo também foi destacado. Sampaio lembrou ainda que a liderança em competitividade no segmento na América Latina está entre os desafios do Planejamento Estratégico do MInfra. “Subimos posições no ranking de modais do Fórum Econômico Mundial e, pela primeira vez, nossos produtores rurais conseguiram colocar a soja mais barata no mercado da China do que os produtores americanos. O trabalho é longo, mas estamos no caminho certo”, avaliou.

Ele também fez um balanço das recentes entregas feitas pelo MInfra. “Conseguimos digitalizar 174 serviços em um ano e meio, promovendo uma mudança cultural na forma de trabalho no ministério. Entregamos mil quilômetros de rodovias pavimentadas, sendo mais de 400 duplicadas. Tivemos movimentações recordes em nossos portos, com destaque para Suape, Santos e Itaquí. Estamos confiantes de que faremos grandes mudanças na nossa infraestrutura”, finalizou.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 24/11/2020



COMEX DO BRASIL

SUPERÁVIT COMERCIAL ULTRAPASSA US\$ 50,3 BILHÕES NO ACUMULADO DO ANO ATÉ A TERCEIRA SEMANA DE NOVEMBRO

Por Equipe Comex do Brasil -23 de novembro de 20200175

Brasília – A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 0,936 bilhão e corrente de comércio de US\$ 7,303 bilhões, na terceira semana de novembro de 2020 – com cinco dias úteis –, como resultado de exportações no valor de US\$ 4,119 bilhões e importações de US\$ 3,183 bilhões. Os dados foram divulgados nesta segunda-feira (23/11), pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia.

No ano, as exportações totalizam US\$ 186,726 bilhões e as importações, US\$ 136,377 bilhões, com saldo positivo de US\$ 50,348 bilhões e corrente de comércio de US\$ 323,103 bilhões.

Confira os dados completos da balança comercial

Análise do mês

Nas exportações, comparadas a média diária até a terceira semana de novembro de 2020 (US\$ 898,48 milhões) com a de novembro de 2019 (US\$ 886,84 milhões), houve crescimento de 1,3%, em razão do aumento nas vendas de produtos da Indústria Extrativista (+23,7%). Por outro lado, houve queda nas vendas em Agropecuária (-15,0%) e na Indústria de Transformação (-0,1%).

O crescimento das exportações foi puxado, principalmente, pelo aumento nas vendas dos seguintes produtos da Indústria Extrativista: Minério de ferro e seus concentrados (+ 41,3%); Minérios de cobre e seus concentrados (+ 77,6%); e Outros minerais em bruto (+ 59,5%).

Nas importações, a média diária até a terceira semana de novembro de 2020 (US\$ 689,87 milhões) ficou 2,6% abaixo da média de novembro do ano passado (US\$ 708,61 milhões). Nesse comparativo, aumentaram os gastos, principalmente, com Agropecuária (+6,8%). Por outro lado, houve queda nos gastos com as compras de produtos da Indústria de Transformação (-0,1%) e com a Indústria Extrativista (-45,3%).

A queda das importações foi puxada, principalmente, pela redução dos gastos com a compra dos seguintes produtos da Indústria de Transformação: Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (- 59,5%); Obras de ferro ou aço e outros artigos de metais comuns (-45,6%); Aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes (-54,1%); Torneiras, válvulas e dispositivos semelhantes para canalizações, caldeiras, reservatórios, cubas e outros recipientes (-41,3%); e Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (-34,1%).

Em relação à Indústria Extrativista, a queda das importações foi puxada, principalmente, pela diminuição dos gastos com os seguintes produtos: Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (-59,1%); Gás natural, liquefeito ou não (-42,0%); Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (-22,8%); Outros minérios e concentrados dos metais de base (-65,6%); e Minério de ferro e seus concentrados (-99,9%).

(*) Com informações da Secex/Ministério da Economia

Fonte : **COMEX DO BRASIL**

Data : 24/11/2020

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

IBOVESPA ULTRAPASSA 109 MIL PONTOS E VÊ MAIOR INTRADAY DESDE FEVEREIRO

Da redação

Surfando em alta desde o dia 5 de novembro, quando operou pela última vez abaixo dos 100 mil pontos, às 12h56 o índice Ibovespa, principal referência da Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, operava acima dos 109.224,38 pontos nesta terça-feira (24), em expansão de 1,72%. Esse é o maior intraday da bolsa brasileira desde o dia 26 de fevereiro.

O bom ânimo dos investidores segue em consonância com o que acontece principalmente nos Estados Unidos, já que a eleição presidencial começa a ganhar contornos finais, agora com Donald Trump aceitando a derrota para Joe Biden. A equipe de Trump deve iniciar ainda nesta semana o protocolo de transição para o novo governo eleito e encerrar um longo processo de votação que ainda não foi finalizado por completo, mas já conta com Biden eleito numericamente.

No mercado interno, às 12h41 a B3 era puxada pela alta de 5,82% da Petrobras PN (PETR4), negociada a R\$ 26,56 por papel, seguida pela Petrobras ON (PETR3), com alta de 5,38% e negociada a R\$ 26,85. A Embraer subia 5,12%, podendo ser comprada por R\$ 8,63, acompanhada pelo Bradesco PN (BBDC4), próximo dos 4,62% e vendida a R\$ 25,61.

Na outra ponta, as ações da Qualicorp (QUAL3) puxavam a lista das maiores baixas, com 2,28% de queda e negociada a R\$ 33,81. O mesmo acontece com o Fleury (FLRY3), em queda de 1,87% e a Intermédica (GNDI3), recuando 1,69%.

Fonte : **IstoÉ- Dinheiro**

Data : 24/11/2020

CAOA ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 1,5 BILHÃO EM CINCO ANOS NA FÁBRICA DE GOIÁS



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2020/11/caoa-768x432.jpg>

São produzidos na fábrica os utilitários Tiggo, da Chery, e ix35 e New Tucson, da Hyundai; Caoa também monta caminhões de carga leve da Hyundai em Anápolis (Crédito: Divulgação - Caoa)

O grupo Caoa, que produz veículos das marcas Hyundai e Chery em Anápolis, no interior de Goiás, anunciou nesta segunda-feira, 23, o plano de investir R\$ 1,5 bilhão nos próximos cinco anos. O anúncio ocorre poucos dias após o presidente Jair Bolsonaro ter sancionado Medida Provisória que prorroga por mais cinco anos incentivos fiscais para montadoras do Centro-Oeste.

A montadora pretende direcionar os investimentos ao lançamento de novos modelos e marcas. Hoje, são produzidos na fábrica os utilitários esportivos Tiggo, da Chery, e ix35 e New Tucson, da Hyundai. A Caoa também monta caminhões de carga leve da Hyundai em Anápolis.

O plano de investimento da montadora deve gerar 2 mil empregos diretos, segundo estimativa da própria empresa. A ideia é atrair também fornecedores para perto da operação quando a produção anual ultrapassar as 100 mil unidades, gerando 10 mil novos empregos diretos se isto acontecer. Hoje a fábrica tem capacidade de produzir 86 mil veículos por ano.

Ao anunciar o plano de investimento de R\$ 1,5 bilhão, Mauro Correia, presidente da Caoa, informou que o grupo planeja produzir uma terceira marca no local, onde já monta veículos da Hyundai e da Chery. Embora ele não tenha confirmado, é possível tratar-se da marca de modelos de luxo da Chery chamada de Exeed.

Segundo o executivo, a montadora está em estágio “bem adiantado” no estudo de produção da nova marca. “Estamos bem adiantados nesse estudo”, afirmou Correia. A Exeed foi criada em 2017 focada em utilitários-esportivos (SUVs).

Durante discurso no evento, que tem a participação do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), Correia anunciou a intenção de lançar dez novos carros no período dos investimentos, entre modelos novos e renovação dos atuais, introdução de tecnologias de eletrificação e a nova marca. A montadora também tem planos de expandir de 101 para 150 lojas o total de concessionárias da marca Caoa Chery.

Em seu discurso, Caiado afirmou que houve “forças contrárias à prorrogação da MP”, que venceria no fim deste ano. Ele se referia a queixas públicas feitas pela Toyota, para quem a prorrogação do incentivo – que passa a ter duração total de 15 anos – dificulta novos investimentos por falta de previsibilidade. (Colaborou Cleide Silva)

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 24/11/2020



EXTRA ONLINE

PLANTIO DE SOJA NO PARANÁ VAI A 97% DA ÁREA, MAS MANTÉM ATRASO; MILHO VERÃO É CONCLUÍDO

Por Gabriel Araujo

SÃO PAULO (Reuters) - O plantio de soja 2020/21 no Paraná atingiu 97% da área estimada, mantendo leve atraso frente ao mesmo período do ano passado, enquanto as lavouras com boas

condições também seguem abaixo do nível visto na temporada anterior, informou nesta terça-feira o Departamento de Economia Rural (Deral).

Segundo os dados do órgão do governo paranaense, mesmo com um avanço semanal de cinco pontos percentuais, a semeadura da oleaginosa fica abaixo do patamar visto nos últimos quatro anos, de 98% neste momento, e no histórico recente supera apenas o resultado de 2015, quando o plantio atingia 91% em igual período.

Em relação à condição das lavouras, o Deral apurou 72% em bom estado, ante 70% na semana passada. O percentual de áreas consideradas ruins, porém, também avançou no período, de 3% para 4%. No mesmo momento de 2019, havia 77% de lavouras em boa condição e 4% classificadas como ruins.

O departamento reportou ainda que 6% das lavouras estavam em fase de floração até segunda-feira, ante 11% no mesmo momento da safra passada, enquanto 85% se mantinham em desenvolvimento vegetativo, versus 84% em 2019/20.

O Deral divulgará na quinta-feira novas atualizações de área, produção e comercialização para a safra no Paraná, que tem enfrentado chuvas irregulares na atual temporada.

Em outubro, o órgão havia projetado a safra do Estado --o segundo maior produtor de soja do Brasil, atrás somente de Mato Grosso-- em 20,5 milhões de toneladas, queda de 1% na comparação anual.

MILHO

Além do desenrolar do plantio da soja, o Deral reportou nesta terça-feira o fim da semeadura da safra de verão de milho, que avançou dois pontos percentuais na semana e atingiu 100% da área projetada com 76% das lavouras em condições boas.

O plantio do cereal também registrou a conclusão mais tardia desde a safra 2015/16.

"Milho, plantio encerrado. Chuvas durante o mês de novembro foram capazes de manter estáveis as condições de lavoura", disse o especialista Edmar Gervásio, do Deral, acrescentando que a expectativa de produção ainda não deve ter mudanças.

Em outubro, o departamento via a primeira safra de milho em 3,46 milhões de toneladas, queda de 3% ante a safra passada.

Fonte : Extra Online

Data : 24/11/2020

VENDA DE DISTRIBUIDORES DE AÇO PLANO DEVE CRESCER 8% EM 2020, VÊ INDA

Por Alberto Alerigi Jr.

SÃO PAULO (Reuters) - Distribuidores de aços planos do Brasil devem encerrar 2020 com crescimento de vendas apesar dos impactos da pandemia e estão vendo sinais de nova expansão em 2021, em meio à forte demanda de indústrias que incluem a de construção civil e máquinas e equipamentos, afirmou nesta terça-feira a entidade que representa o setor, Inda.

A expectativa é que as vendas de aços planos por distribuidores cresçam 8% este ano, para cerca de 3,7 milhões de toneladas, após um incremento de cerca de 10% em 2019. "Provavelmente, se continuarmos no mesmo ritmo, em 2021, teremos 7% ou 8% de crescimento", afirmou o presidente do Inda, Carlos Loureiro.

Em outubro, as vendas dos distribuidores, setor que compreende cerca de um terço do consumo de aço das siderúrgicas do país, contabilizaram queda de 7,8%, para 371,7 mil toneladas, quando comparada a setembro, que ainda registrava forte movimento de recomposição de estoques na cadeia. Mas esse volume representou crescimento de 17% na comparação com outubro de 2019.

Para novembro, a expectativa do Inda é de queda de 5% nas vendas ante outubro, mas crescimento de cerca de 20% no comparativo anual, disse Loureiro. "Com o que estamos vendo em novembro e dezembro, provavelmente vamos fechar (2020) com crescimento de 8%, apesar da pandemia", disse o executivo.

Segundo ele, o ritmo acelerado do setor no segundo semestre deve-se à forte queda nos estoques logo na sequência das medidas de quarentena contra o coronavírus do país. "Agora está começando a aparecer uma sensação de caminhar para a normalidade. O mercado em setembro e começo de outubro estava muito acima do normal", afirmou Loureiro.

Esse ritmo motivou todas as siderúrgicas do país a voltarem a elevar preços de aço vendido aos distribuidores em novembro, em cerca de 10%, disse o presidente do Inda. Segundo ele, os setores industriais que mais estão demandando aço dos distribuidores são construção civil, energia eólica e solar, máquinas agrícolas, implementos rodoviários e caminhões.

Mais cedo, a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) afirmou que o crédito imobiliário com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) disparou 84% em outubro sobre um ano antes, para 13,86 bilhões de reais, impulsionado ainda pelo baixo patamar de juros no país.

Esta demanda acelerada ainda está gerando problemas no fornecimento de alguns insumos, disse o presidente do Inda, citando que as siderúrgicas estão encontrando dificuldades no fornecimento de itens como galvalume, material que pode ser usado em telhados e paredes de drywall.

"Continua com certa dificuldade no abastecimento, mas já menor que uns meses atrás", afirmou Loureiro.

Segundo os dados do Inda, os distribuidores encerraram outubro com estoques de aços planos suficientes para apenas 1,8 mês de vendas, equivalente a 678,3 mil toneladas.

Fonte : Extra Online

Data : 24/11/2020

MINISTÉRIO DA ECONOMIA MELHORA ESTIMATIVAS FISCAIS PARA 2020 AO CONSIDERAR PIB -4,5% NO ANO

Por Marcela Ayres

BRASÍLIA (Reuters) - O Ministério da Economia atualizou nesta terça-feira suas estimativas fiscais para 2020, melhorando os números após passar a considerar uma retração da economia de 4,5% este ano.

Em suas projeções anteriores, de 30 de outubro, a pasta havia incorporado um tombo de 4,98% para o PIB, extraído do boletim Focus. Agora, utilizou parâmetros internos do ministério, divulgados na semana passada pela Secretaria de Política Econômica.

A expectativa passou a ser de déficit primário do governo central de 844,3 bilhões de reais, ou 11,7% do PIB, contra 880,5 bilhões de reais, ou 12,3% do PIB, antes.

Para o setor público consolidado, o governo prevê agora um rombo primário de 856,7 bilhões de reais, equivalente a 11,9% do PIB. Anteriormente, o déficit havia sido calculado em 905,4 bilhões de reais, ou 12,7% do PIB.

A dívida bruta deve encerrar o ano em 94,4% do PIB (96,0% antes), e a dívida líquida em 66,5% do PIB (68,2% antes).

Ainda que estejam menores, todos os números são recordes e refletem o forte desequilíbrio das contas públicas brasileiras, situação exponencialmente agravada neste ano em função dos vultosos gastos do governo com o enfrentamento à pandemia de Covid-19.

Em participação em comissão do Congresso onde apresentou os números, o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, reafirmou que o teto de gastos é "superâncora fiscal" e uma "referência importantíssima para seguirmos no caminho do equilíbrio", razão pela qual o governo defende sua manutenção na íntegra.

Fonte : Extra Online

Data : 24/11/2020



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

ANEEL PODE ADIAR REAJUSTES DAS TARIFAS NO AMAPÁ POR 60 DIAS

Por epbr - 24 de novembro de 2020 - Em Newsletter Comece seu Dia

*Quem faz Editada por Gustavo Gaudarde
gustavo@epbr.com.br*

em jogo

O diretor da Aneel Sandoval Feitosa vai propor a suspensão, por 60 dias, do reajuste nas tarifas da distribuidora do Amapá, a CEA. A proposta será deliberada pela diretoria da agência nesta terça (24).

— Feitosa, que é relator da proposta, explica que atende a um pedido da própria companhia, feito em 16 de novembro, pelo adiamento, mas por um prazo menor, de 30 dias. O diretor menciona ainda uma reunião sobre o tema com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM/AP), realizada no dia 20 de novembro. Correio Braziliense, com Agência Estado

— A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e a ONG Terra de Direitos denunciaram a resposta do governo de Jair Bolsonaro ao apagão no Amapá à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

— Solicitam que a CIDH atue para determinar ao governo brasileiro o “restabelecimento imediato dos serviços de distribuição de energia elétrica em todo o estado do Amapá, garantindo acesso ao serviço essencial a todas as comunidades quilombolas, inclusive aquelas privadas do fornecimento antes do apagão”. UOL

— Segundo o MME, o acionamento dos geradores iniciado no fim de semana já garantem, a partir de hoje, o atendimento a 100% da demanda do estado.

A Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME aprovou como prioritário o projeto de produção e escoamento de gás natural do campo de Azulão, operado pela Eneva na Bacia do Amazonas. A data prevista para o primeiro gás do campo é 1º de junho de 2021, com a operação comercial sete dias depois, em 8 de junho.

— O campo vai produzir gás natural para a UTE Jaguaririca II, localizada em Boa Vista, Roraima. O combustível será liquefeito e transportado por carretas criogênicas. Azulão foi comprado da Petrobras pela Eneva em maio de 2018. A empresa pagou R\$ 192,6 milhões pela concessão.

— O colunista Lauro Jardim, de O Globo, disse que a Eneva deve anunciar em breve a compra do polo de Urucu, da Petrobras, na Bacia do Solimões, também no Amazonas. São sete concessões: Carapanaúba, Leste do Urucu, Rio Urucu, Araracanga, Arara Azul, Cupiúba e Sudoeste de Urucu.

A Geopark anunciou a venda, por R\$ 144,4 milhões, sua participação de 10% no campo de Manati, na Bacia de Camamu, para a Gas Bridge. A operação é condicionada à aquisição de 90%

do projeto, que tem como sócias Petrobras (35%, operadora), Enauta (45%), PetroRio (por meio da Brasoil Manati, 10%) e Geopark (10%).

— Em agosto, a Enauta anunciou a venda para a Gas Bridge de seus 45%, negócio que pode chegar a R\$ 560 milhões, depende de uma série de condições precedentes e tem estimativa de conclusão até 31 de dezembro. No começo deste mês, a PetroRio anunciou a venda de seus 10%. A Gas Bridge ainda precisa acertar a compra da participação da Petrobras, que começou a ser negociada em maio.

— A Gas Bridge é uma sociedade criada por João Carlos de Luca, ex-diretor da Petrobras e ex-presidente do IBP, Marco Tavares, fundador da Gas Energy, e Esteban Papanicolau, que foi líder do desenvolvimento de novos negócios da Nova Gas International e da TransCanada Pipelines no Cone Sul nos anos 90. Manati garante a entrada da empresa em ativos de produção de gás. epbr

A Naturgy, distribuidora de gás do Rio de Janeiro, anuncio que planeja investir R\$ 1 bilhão no estado até 2023 para expansão e renovação da rede de distribuição. Os investimentos devem gerar 14 mil empregos diretos e indiretos no estado.

— De janeiro a outubro de 2020, a empresa captou mais de 36 mil novos clientes residenciais, mais de 800 novos comércios e 15 novas indústrias. No mesmo período, foram construídos 64 novos quilômetros de redes. Na cidade do Rio, até dezembro, estão previstos 21 quilômetros de obras de modernização.

— Entre os projetos previstos para 2021 estão o reforço da rede para ampliar a capacidade de abastecimento na capital. Na região metropolitana, a Naturgy vai abastecer, até o fim de 2022, mais duas indústrias em Seropédica, num investimento de cerca de R\$ 11,5 milhões.

A Abraceel (Associação Brasileira de Comercializadores de Energia) acredita que o mercado de etanol pode se beneficiar com a criação de figura de um comercializador independente do biocombustível.

— Proposta será apresenta na consulta pública da venda direta de etanol da ANP, cuja audiência será realizada nesta terça (24).

— Para a Abraceel, deveria ser autorizada e facilitada a criação de empresas para atuar, em um primeiro momento, no atacado, comercializando etanol entre distribuidoras, produtores e outras comercializadoras. No futuro, essas empresas poderiam ser autorizadas a atuar no varejo. epbr

Os preços do etanol fecharam mistos na última semana, segundo os índices do Cepea/Esalq, da USP. O hidratado registrou alta de 0,60% na semana de 16 a 20 de novembro, cotado a R\$ 2,0744 o litro, ante R\$ 2,0620 da semana anterior.

— Foi a segunda semana seguida de alta. Já o anidro voltou a cair, cotado a R\$ 2,4205 o litro, ante R\$ 2,4403 da semana de 9 a 13 de novembro, uma redução de 0,81% no comparativo entre as duas semanas. Agrolink

O mercado de polímeros na América Latina deve seguir uma tendência de queda de importação, após redução no mercado dos EUA, projeta a S&P Global Platts Analytics. A taxa de câmbio começou a última semana mais desfavorável ao real, e novos preços domésticos foram anunciados no início do mês.

— Após aumentos na Ásia e no Oriente Médio, os preços do prolipropileno devem ficar mais estáveis ou altos, aponta a consultoria. As importações do Brasil e da costa oeste da América do Sul vêm principalmente da Ásia e do Oriente Médio.

O Brent avançou mais de 2% nessa segunda (23), ampliando os ganhos da última semana, após notícias otimistas sobre testes da vacina da AstraZeneca e Universidade de Oxford contra o coronavírus levarem operadores a antecipar uma recuperação de demanda.

— O contrato futuro do Brent fechou o dia em alta de 2,45%, a US\$ 46,06 o barril, enquanto o WTI avançou 1,51%, para US\$ 43,06 o barril. Ambos haviam saltado 5% na semana passada. Reuters

A Canadian Solar anunciou um contrato com o BTG Pactual em projetos em energia solar e que venceu leilão privado realizado por Furnas para compra de energia solar. As duas transações somam 862 MWp.

— Pelo contrato de 12 anos com o BTG, a Canadian Solar fornecerá energia gerada em Minas Gerais. Os empreendimentos começarão a ser construídos em 2021 e deverão entrar em operação comercial até o final de 2022.

— Furnas comprará energia solar de dois projetos, por meio de um contrato de 15 anos. Os projetos somam 692 MWp de capacidade, no Ceará (260 MWp) e no Piauí (432 MWp). Ambos começarão a ser construídos em 2022 e deverão entrar em operação comercial no final de 2023. Reuters

A indústria de papel e celulose registrou o maior consumo de energia em 20 meses, segundo o Índice Comerc. Em outubro, o registrou alta de 11,04% em relação a setembro, a maior alta desde fevereiro de 2019. Na comparação com igual período do ano anterior, o consumo foi 9,38% maior.

— Além de papel e celulose, outros seis setores monitorados pelo Índice Comerc apresentaram alta no consumo de energia. A liderança percentual foi do setor de siderurgia e metalurgia, com aumento de 21,24%, desempenho em linha com a recuperação gradual da produção industrial identificada pela última Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

— Na comparação com igual período de 2019, a maior alta foi registrada pelo setor de manufaturados (12,16%), seguido por papel e celulose (9,38%) e química (5,62%).

Sondagem da Fundação Getulio Vargas (FGV) divulgada nessa segunda (23) mostra que a confiança da indústria no Brasil deve registrar seu maior patamar em mais de dez anos em novembro, refletindo o avanço na percepção sobre o momento atual do setor.

— A prévia da Sondagem da Indústria de novembro sinaliza alta de 1,6 ponto no Índice de Confiança da Indústria (ICI) em relação a outubro, a 112,8 pontos, o que representaria o maior valor do índice desde outubro de 2010 (113,6 pontos).

— O Índice de Situação Atual deve ganhar 4,4 pontos, a 118,1 pontos, seu maior valor desde dezembro de 2007 (118,9 pontos), enquanto a prévia indica que o Índice de Expectativas recuará 1,2 ponto, a 107,4 pontos. Reuters

Boletim Focus do Banco Central mostrou que os economistas aumentaram as projeções da Selic para 3% em 2021, ante 2,75% projetado anteriormente. A maior projeção se dá devido ao aumento das previsões para a inflação.

— O levantamento apontou que a expectativa para a alta do IPCA em 2020 aumentou pela 15ª semana seguida e foi a 3,45%, de 3,25% na semana anterior. Para 2021, o aumento chegou à 5ª semana, com a inflação calculada em 3,40%, de 3,22% anteriormente.

— Mercado vê contração econômica de -4,55% no PIB em 2020, contra queda de -4,66% estimada antes, com o PIB recuperando-se com um crescimento de 3,40% no próximo ano, de 3,31%. Reuters

A decisão da Justiça do Rio de Janeiro que anulou a arbitragem instaurada por Petros e Previ na B3 contra a Petrobras está longe de representar um ponto final na disputa entre os fundos de pensão e a petroleira. Na quinta (19/11), a petroleira deu entrada num embargo de declaração sobre pontos da sentença judicial, inclusive com relação à troca dos árbitros

— Em sua decisão, de 10 de novembro, a juíza Maria da Penha Nobre Mauro, da 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, estabelece que outra sentença parcial deverá ser proferida após a fase de apresentação de provas “para positivar a existência, concreta e objetiva, do dano direto [...] alegado pelas acionistas Previ e Petros”. Na prática, isso significa que o processo arbitral deverá continuar. Valor

A Petrobras anunciou o resgate antecipado de cinco títulos globais, com vencimentos em janeiro e maio de 2021 e janeiro e março de 2022, num valor total de cerca de US\$ 2 bilhões, excluindo juros capitalizados e não pagos, e que será financiado com recursos próprios. A precificação do resgate será em 18 de dezembro, e a liquidação, em 23 de dezembro de 2020.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 24/11/2020

ASSOCIAÇÃO APOIA COMERCIALIZADORA INDEPENDENTE DE ETANOL

Por Larissa Fafá - 24 de novembro de 2020 - Em Combustíveis

BRASÍLIA – A Abraceel (Associação Brasileira de Comercializadores de Energia) acredita que o mercado de etanol pode se beneficiar com a criação de figura de um comercializador independente do biocombustível.

Proposta será apresentada na consulta pública da venda direta de etanol da ANP, cuja audiência será realizada nesta terça (24).

Para a Abraceel, deveria ser autorizada e facilitada a criação de empresas para atuar, em um primeiro momento, no atacado, comercializando etanol entre distribuidoras, produtores e outras comercializadoras. No futuro, essas empresas poderiam ser autorizadas a atuar no varejo.

Como referência, a associação usou números do setor elétrico. Nos últimos seis anos, a consultoria Thymos Energia estima que a competição e liquidez do mercado livre de energia elétrica trouxe uma economia de cerca de R\$ 84 bilhões para os consumidores.

“A estimativa de aumento da demanda de etanol nos próximos dez anos exigirá maciços investimentos, algo similar ao que ocorreu com o setor elétrico no início dos anos 2000. Assim, a comercialização pode ser um evento importante, ao criar um mercado líquido que provê segurança aos investidores no que tange a venda do etanol, como também a compra de contratos futuros de proteção em caso de déficits de produção, gerenciando o risco”, justifica a associação.

Os estudos foram enviados à ANP.

A ideia já foi levada ao Ministério de Minas e Energia que disse ter simpatia pela proposta. A entrada de novos atores no mercado de combustíveis e a liberdade de concorrência faz parte do escopo do Combustível Brasil.

A proposta da ANP é para a criação dos distribuidores vinculados, empresas associadas aos usineiros que serão autorizadas a comercializar apenas sua produção própria de etanol hidratado.

A regulamentação segue a determinação do CNPE para liberar a venda do biocombustível sem necessidade de intermédio das distribuidoras, mas mantendo a isonomia tributária. Os usineiros que optarem pela venda direta, deverão recolher os tributos federais que incidem na produção e distribuição.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 24/11/2020

A RETOMADA DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NO RIO GRANDE DO NORTE

Por epbr - 23 de novembro de 2020 - Em Notícias

Presenciamos um momento único na história recente da indústria do petróleo e gás natural. Se, de um lado, há uma exigência mundial para repensar o uso do petróleo por conta de uma

necessidade legítima de redução de poluentes, do outro, notamos o fortalecimento do gás natural como um energético de transição menos poluente, abundante e com preços cada vez mais competitivos.

O petróleo do pré-sal, associado ao pós-sal e ao explorado onshore, colocou o país entre os maiores produtores mundiais. Mais, considerando o movimento mundial, o gás natural vem tomando cada vez mais importância na agenda dos Países que podem contar com este insumo.

O gás natural é, sem dúvida, a “bola da vez” no Brasil porque, além das vantagens ambientais e de se tratar de um energético de transição, pode ajudar na recuperação da economia no pós-pandemia, com a sua capacidade de uso multiplicada pelo ainda pouco uso e exploração.

Em razão disso, diversas frentes, no âmbito federal e de vários estados, se articulam para destravar o mercado e corrigir distorções históricas, dando competitividade e dinamismo a tão promissora retomada do setor de óleo e gás. Um bom exemplo é a importância da exploração onshore, estimulada pelos desinvestimentos da Petrobras e revitalizada com as medidas no âmbito do programa REATE 2020.

É justamente neste contexto que o Rio Grande do Norte desponta como a principal região para investimentos no Brasil. Não se trata de uma visão de futuro. O Estado é o presente, porque já possui a autonomia operacional (contando com o maior número de poços produtores e a segunda reserva onshore de petróleo no País – o que faz dele a “capital do onshore brasileiro – além de concessões marítimas, refinarias, UPGN e mais de 50 instituições e laboratórios ligados às Universidades, especializados no assunto), capaz de garantir a rápida retomada da sua produção.

Neste sentido, o Fórum Potiguar de Petróleo e Gás (FPPG) foi constituído para contribuir com a retomada da indústria do petróleo e gás no Rio Grande do Norte, criando um ambiente seguro para as empresas e apresentando o potencial do Estado, que se destaca na produção onshore e que tem inúmeras possibilidades de ampliação e criação de novos postos de trabalho, movimentação da economia e aumento da arrecadação.

O Fórum é formado por representantes do Governo do Rio Grande do Norte, Potigás, FIERN, SEBRAE, UFRN, Redepetro, ABPIP e ONIP, ou seja, as frentes de trabalho são divididas conforme a competência de cada um dos órgãos, com o objetivo único de organizar a cadeia produtiva do Estado nesta retomada, oferecendo aos produtores a segurança, o apoio e a articulação das instituições públicas e privadas.

Como não poderia deixar de ser, os trabalhos do Fórum focam na exploração onshore (com base nas premissas constantes do REATE 2020) e no gás natural (com base nas premissas do Novo Mercado de Gás Natural), mas não deixa de focar no offshore e nas necessárias adequações da legislação federal e do próprio estado, especialmente no contexto do Novo Mercado de Gás Natural e, em razão disso, do plano de desinvestimento da Petrobras no Estado.

Para tanto o Fórum Potiguar visa impulsionar o Rio Grande do Norte para ser um exemplo na definição de regras transparentes e competitivas para o acesso de terceiros às infraestruturas essenciais, como a UPGN Guamaré.

Almeja-se, igualmente, que sejam equacionadas no estado questões fundamentais como

- o ICMS, considerando o cenário com multiusuários,
- as adaptações da medição na planta, conta da mudança de custódia,
- os ajustes necessários para que as operações sejam coordenadas sem prejuízos aos demais usuários, (iv) licenciamento ambiental,
- acesso à malha de transporte da TAG e
- a operacionalização da solução de transição que deverá resultar em benefício tanto para a Petrobras, com a venda dos seus ativos, como para os produtores.

O Fórum Potiguar de Petróleo e Gás contribuirá em todas as frentes necessárias para garantir um lugar de destaque no contexto atual do setor, visando a atração de novos investimentos e a

expansão de investimentos já realizados, de modo a assegurar o desenvolvimento sustentável da região, com o aumento da arrecadação de tributos royalties e de empregos tão necessários para o estado.

Marcelo Rosado é presidente do Fórum Potiguar de Petróleo e Gás

Aurélio Amaral é secretário-geral executivo do Fórum Potiguar de Petróleo e Gás

Daniela Santos é consultora do Fórum Potiguar de Petróleo e Gás

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 24/11/2020



JORNAL O GLOBO – RJ

PAULO GUEDES TROCA LUIZ EDUARDO RAMOS POR FÁBIO FARIA EM CONSELHO

Por Amanda Almeida



https://s2.glbimg.com/CMAoipvpiFwvmf_yBaY1a-s2Sxo=/645x388/i.glbimg.com/og/ig/infoglobo1/f/origin/2020/11/24/50016943652_fe80551a30_c.jpg

Fábio Faria Fábio Faria | Reprodução/Alan Santos/PR

Paulo Guedes fez uma troca no Conselho Fiscal do Sesc — uma das entidades símbolo do Sistema S. Sai Luiz Eduardo Ramos e entra Fábio Faria.

A designação do ministro das Comunicações como representante do Ministério da Economia no conselho foi publicada nesta terça-feira no Diário Oficial.

Como nos governos anteriores, os jetons para participar de reuniões de conselhos de empresas estatais e entidades têm turbinado os salários de ministros.

A "Folha de S.Paulo" revelou, em outubro, que Rogério Marinho, por exemplo, recebeu pelo menos R\$ 189 mil em jetons para participar de 11 reuniões no Sesc. Depois da reportagem, ele foi substituído por Ramos.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 24/11/2020

CONGRESSO COSTURA ALTERNATIVA PARA INCLUIR RENDA BRASIL NO ORÇAMENTO DE 2021

Parlamentares estariam dispostos a arcar com custo político de corte de gastos. Programa social deve ser citado em parecer do relator

Por Geralda Doca

BRASÍLIA — O Congresso Nacional quer criar o Renda Brasil e costura com a equipe econômica uma solução alternativa para que o novo programa social caiba dentro do orçamento. Para isso, estão sobre a mesa quatro propostas com potencial para liberar espaço no teto do gasto público, que limita o crescimento das despesas e novas fontes de receitas. As medidas deverão ser propostas no parecer do senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator do orçamento, a ser apresentado na próxima semana.

Do lado das receitas, a ideia é estabelecer um corte linear nos subsídios, preservando apenas o Simples e benefícios tributários regionais, além de acabar com todos os fundos públicos criados por leis ordinárias.

Do lado das despesas, ganha força uma espécie de semi-desindexação, congelamento das aposentadorias acima do salário mínimo e implementação de gatilhos para estancar o crescimento das despesas com pessoal, valendo também para os estados.

Segundo uma fonte a par das discussões, os cálculos sobre o impacto de cada uma dessas propostas deverão ser consolidados até o fim desta semana. A estratégia é fechar o conceito do Renda Brasil e criar condições para que ele comece a rodar a partir de janeiro, mas sem entrar em detalhes sobre público alvo e valor do auxílio.

Esses pontos seriam definidos posteriormente, depois que a proposta passar pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. O novo formato do Bolsa Família, desenhado pelo Ministério da Cidadania, poderá ser aproveitado. Ele introduz questões como portas de entrada, como concessão de voucher creche e de saída, além de mérito através de premiação em dinheiro para alunos com bom desempenho escolar e nos esportes.

A expectativa é que Bittar apresente o relatório dele na segunda-feira aos líderes do partidos. O próximo passo será negociar o texto com as bancadas. Bittar tem dito a interlocutores que estaria disposto a assumir o desgaste político das medidas de corte, mas que não poderá fazer isso sozinho.

Ele avalia que o programa precisa ser criado por questão de humanidade, para não deixar desamparados milhões de famílias que recebem o auxílio emergencial, previsto para terminar em dezembro.

A equipe econômica, com respaldo do presidente Jair Bolsonaro, não trabalha com a prorrogação do auxílio emergencial, o que exigiria ampliar o decreto de calamidade pública em função da pandemia do novo coronavírus. O decreto termina em 31 de dezembro. Caso não seja possível encontrar margem no orçamento, o presidente defende manter o Bolsa Família, reiterou uma fonte.

Essa é a mesma avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU), que já sinalizou não aceitar qualquer tipo de acordo que flexibilize a Lei de Responsabilidade Fiscal. A revogação do orçamento de guerra, criado pelo decreto de calamidade, impede gastos como Renda Brasil e auxílio emergencial, disse um técnico da Corte.

O Bolsa Família atende 14,2 milhões de famílias e tem orçamento previsto para 2021 de R\$ 35 bilhões. Para incluir no programa famílias carentes que recebem o auxílio emergencial seria necessário elevar o valor para algo em torno de R\$ 50 bilhões.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 24/11/2020

PARCERIA COM SETOR PRIVADO NA TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO NÃO É PRIVATIZAÇÃO, DIZ BOLSONARO

Ministério da Economia quer fazer leilão de concessão em 2021

O Globo

BRASÍLIA — O presidente Jair Bolsonaro disse nesta segunda-feira que o governo estuda parceria com a iniciativa privada para operação da transposição do Rio São Francisco, mas ressaltou que não se trata de uma privatização. As obras são uma marca das gestões petistas.

“A parceria com a iniciativa privada não é uma privatização. Estudamos uma alternativa para a eficiente operação e manutenção do sistema. Não abriremos mão das decisões sobre o uso da água e do patrimônio construído pelo governo federal”, escreveu o presidente numa rede social.

O jornal “Folha de S.Paulo” informou nesta segunda-feira que o governo pretende fazer o leilão de concessão em julho de 2021. Procurado, o Ministério da Economia disse que não iria se manifestar.

Segundo Bolsonaro, as águas já chegaram a Pernambuco, Paraíba e Ceará, sem custos para os estados, e ainda chegarão ao Rio Grande do Norte. O presidente afirmou também que desde a concepção do projeto caberia aos estados assumir os custos da operação.

“Apesar de termos atendido a todos os pedidos dos governadores na negociação em curso, até hoje os Estados não assumiram a operação”, disse Bolsonaro.

A operação da transposição do Rio São Francisco está na carteira do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) desde maio de 2019. De acordo com o PPI, as obras estão em fase final de conclusão com 97% de execução. Os gastos superam R\$ 10,3 bilhões pela União.

O PPI faz estudos para concluir as obras fazer parceria com a iniciativa privada para operação e manutenção. A estrutura do empreendimento prevista nos estudos tem 477 km de canais.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 24/11/2020

ECONOMIA ESTÁ ‘MUITO MAIS SAUDÁVEL’ COM DÓLAR A R\$ 5 E JUROS DE 2%, DIZ GUEDES

Para ministro, câmbio está em seu nível de equilíbrio

Por Manoel Ventura e Marcello Corrêa

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta segunda-feira que considera melhor para a situação econômica do país um dólar cotado na casa de R\$ 5 com juros a 2% do que a moeda americana desvalorizada com juro alto. Nesta segunda, o dólar fechou em alta de 0,83% a R\$ 5,43.

— Nós estávamos em um endividamento em bola de neve, pagando juros altíssimos e com câmbio sobrevalorizado. Uma combinação bastante perversa de dois preços críticos na economia. A economia está muito mais saudável. Invés de (ter) juro a 10%, 12% e o câmbio a R\$ 1,80, a economia está muito mais saudável com juro de 2% e câmbio de R\$ 5. É muito melhor — disse o ministro, em transmissão ao vivo para o mercado financeiro.

Para Guedes, o câmbio está em seu nível de equilíbrio e o dólar já fez seu overshooting, ou seja, bateu a máxima e voltou a patamares mais baixos.

— Acredito inclusive que o câmbio brasileiro já fez o overshooting. Quando você troca o patamar de equilíbrio, ele normalmente dispara, passa do nível de equilíbrio e depois aterrissar no nível mais baixo. Eu acho que nós já fizemos o overshooting se prosseguimos com as reformas — disse o ministro.

Perda de empregos

O ministro disse também que o ritmo de geração de empregos observado nos últimos meses deve desacelerar. Ele prevê uma perda aproximada de 300 mil vagas formais de trabalho em 2020.

Até setembro, o país registrou uma perda líquida (admissões menos demissões) de 558 mil empregos formais. Os saldos negativos foram registrados de março a junho, com o fechamento das atividades pelo país devido à pandemia. De julho a setembro, no entanto, houve geração de vagas.

— É possível que termine o ano com perda de 300 mil vagas no mercado formal. Isso é um resultado muito importante. Nós vamos ficar entre um quinto e um terço das perdas das recessões anteriores. A maior crise na história do Brasil, o mercado de trabalho perder 300 mil empregos é um resultado bastante expressivo — disse o ministro.

Ele afirmou que a perda de empregos neste ano representará cerca de 20% do resultado negativo observado em 2015 e 2016. Em 2015 e 2016, houve perda de 1,5 milhão e 1,3 milhão de empregos com a crise econômica vivida pelo país, respectivamente.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 24/11/2020

GUEDES DIZ QUE HAVIA RESISTÊNCIA DENTRO DO GOVERNO PARA AVANÇAR COM PRIVATIZAÇÕES

'Todo ministro gosta de uma empresa', diz titular da Economia, que afirma que resistência já foi vencida e volta a acusar Congresso de travar discussão

Por Marcello Corrêa e Manoel Ventura

BRASÍLIA - Depois de acusar parlamentares de articularem um acordo para bloquear o programa de privatizações, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta segunda-feira que havia resistência também dentro do governo à venda de estatais.

— As privatizações não andaram, e eu estou convencido hoje, porque havia um acordo político de centro-esquerda para não pautar. E dentro do governo também alguma resistência, em alguns ministérios. Todo ministro gosta de uma empresa que está embaixo do ministério dele. Alguns ministros nossos, no início não compreenderam a importância do programa de privatizações para derrubar a dívida/PIB — disse o ministro, durante evento on-line da Câmara Internacional de Comércio.

Sem detalhar que ministros seriam contra as privatizações, Guedes afirmou que a resistência entre os colegas de Esplanada foi vencida:

— Agora todo mundo entendeu a importância crucial da privatização.

No início do governo, o então ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, apresentava resistência à venda dos Correios. A pasta foi desmembrada, e o processo de desestatização ficou sob coordenação de Fabio Faria, ministro de Comunicações.

'Às vezes, política não anda'

A acusação de que há um acordo no Congresso para bloquear desestatizações tem sido repetida pelo ministro nos últimos meses. No fim de setembro, ele direcionou a crítica diretamente ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que rebateu afirmando que Guedes estava "desequilibrado".

A afirmação nesta segunda foi dada como resposta do ministro às avaliações de analistas que apontam promessas não entregues pela pasta, como a abertura comercial, as privatizações e a reforma tributária.

— As coisas são entregues. Agora, tem a política. E a política às vezes anda, às vezes não anda. Às vezes bloqueia. Atrasou um pouco a administrativa, perturbou bastante a tributária. Impediu as privatizações — afirmou o ministro.

Guedes classificou de "narrativas" as críticas à agenda e afirmou que a equipe não pode "ficar o dia inteiro" explicando as ações da pasta:

— As narrativas de mídia (de que) "não tem projeto", é narrativa. Qualquer pessoa que vier aqui e se informar conosco vai entender que nós temos. Agora, nós estamos trabalhando. Não podemos ficar o dia inteiro explicando o que nós estamos fazendo.

'Nós somos liberais, mas não somos trouxas'

Sobre as críticas à demora com em relação ao processo de abertura comercial, o ministro afirmou que sua equipe é de liberais, mas "não são trouxas", ao afirmar que o processo não pode ser feito de forma abrupta.

— Nós somos liberais, mas não somos trouxas. Não vamos chegar agora e abrir a economia brasileira de uma vez só e pegar todo mundo de surpresa — disse o ministro, ao relatar conversa com industriais que teve no início do governo, em 2019.

Segundo Guedes, não é possível fazer o processo rapidamente porque o Brasil ainda não tem um ambiente de negócios competitivo, com um sistema tributário complexo que costuma chamar de "manicômio".

Guedes admitiu, no entanto, que o plano de reduzir gradativamente as barreiras tarifárias não funcionou. Ele afirmou que há possibilidade de acelerar o processo, caso a reforma tributária avance.

— Não fizemos nem o 1% inicial. Falha nossa também. Da mesma forma que não conseguimos avançar nas privatizações. Agora, assim que fizer a reforma tributária cobramos o 1%, com o 2% já — afirmou.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 24/11/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

'SE REFORMAS NÃO FOREM FEITAS, OS JUROS SOBEM E A RETOMADA É INTERROMPIDA', DIZ EX-PRESIDENTE DO BC

Para que o País não aprofunde os problemas econômicos e sociais, Ilan Goldfajn defende também o controle sanitário firme para evitar a todo custo uma segunda onda de covid-19

Por Simone Cavalcanti, O Estado de S.Paulo

Entrevista com

Ilan Goldfajn, presidente do Conselho do Credit Suisse Brasil

O ex-presidente do Banco Central e atual presidente do Conselho do Credit Suisse Brasil, Ilan Goldfajn, defende dois pilares para que o País não aprofunde os problemas econômicos e sociais: controle sanitário firme para evitar a todo custo uma segunda onda de covid-19 e a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial, que trará medidas de contenção de gastos do governo federal, e a reforma administrativa "para ontem".

"Não há espaço para inação, as reformas são para ontem", diz em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast. "O fato de que a economia esteja se recuperando é nosso maior trunfo. Mas nós não podemos interromper isso ao não fazer nada."

Sobre os problemas na gestão da dívida pública, que deve encerrar o ano próxima a 100% do Produto Interno Bruto (PIB), e apesar dos esforços do Tesouro Nacional e do Banco Central para administrar sua rolagem, ele ressalta que não há solução mágica desses dois órgãos que resolva o problema fiscal. "Se as reformas não forem feitas para ontem, os juros sobem, o mercado estressa, a retomada é interrompida e o desemprego aumenta". Leia, a seguir, a entrevista.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/8/4/15/94736645748.jpg>

O ex-presidente do Banco Central Ilan Goldfajn. Foto: Hélvio Romero/Estadão - 9/12/2019

O senhor poderia traçar um paralelo em relação aos estímulos fiscais desta conjuntura de pandemia com o que ocorreu após a crise de 2008?

A crise de 2008/09 foi de uma natureza bem diferente do que vemos hoje. O choque de 2008 foi no âmago do sistema financeiro. A solução foi atuar resolvendo o problema sistêmico, com regulações bancárias e para o mercado financeiro. O lado fiscal foi para ajudar a não quebrar. Acaba quando consegue estabilizar o mercado financeiro e fazer com que as instituições financeiras que sobreviveram estejam capitalizadas, voltem a emprestar e, com isso, a coisa volta ao normal. Agora, o choque veio do vírus, é sanitário, e isso implica uma dinâmica e diagnóstico muito diferentes, assim como instrumentos distintos do que estávamos acostumados. Vou ser claro: eu acho que nosso problema, em termos econômicos, não é essencialmente a questão fiscal no mundo. Quanto vamos estimular ou não. Não acho que o problema seja dos bancos centrais, quanto vão reduzir os juros. O âmago do problema é evitar que esse vírus contamine e leve a paralisações, a lockdowns, que adoeça as pessoas e que as pessoas e as empresas não sejam capazes de gerar riqueza.

Mas, de forma geral, ao que parece, a solução acabou sendo de estímulos iguais, não?

A dinâmica não foi quando entraram os auxílios, isso foi mitigador. Mas o que determina a atividade para frente também é se vamos conseguir controlar o lockdown, na segunda onda na Europa, Estados Unidos e no Brasil. Se não conseguir controlar a segunda onda, vai dar lockdown e, se isso ocorrer, vai gerar recessão. Depois o mais importante para a economia vai ser colocar todo mundo para trabalhar de forma livre. Como vai fazer isso? Não é através do estímulo fiscal, mas, sim, das vacinas. Não é à toa que o dado mais importante para o mercado atualmente é se a vacina dará certo ou não. Há uma disputa política de quando essa vacina vai entrar. O que os políticos dizem é muito diferente do que a gente sente na economia. O mais importante é quando a vacina vai entrar em massa. E até estarmos livres para ir ao cinema, pegar um avião, fazer tudo que estávamos acostumados a fazer. É isso que vai fazer a economia a voltar.

A segunda onda, que já ocorre no Hemisfério Norte, pode interferir na recuperação econômica do Brasil?

Depende de nós, da nossa capacidade de alertar a tempo para evitar o colapso. Os políticos, os ministérios, as secretarias alertarem o suficiente. Aí também depende da letalidade dessa segunda onda. Quanto de fato vai gerar medo. E parar de conflitos em relação à vacina. Vamos pensar no coletivo. Falo isso do Brasil, mas existe, sim, paralelo no mundo. As pessoas pensam nos instrumentos, políticas fiscal e monetária, mas para a economia é tão importante poder controlar o vírus quanto os mitigadores. Até porque, no Brasil, não temos espaço fiscal para lidar com uma segunda onda da forma como lidamos com a primeira.

Ainda segue em discussão a continuidade ou não do auxílio emergencial...

Mesmo sem a segunda onda, nossa dívida já está perto de 100% do PIB e estamos discutindo a necessidade de continuar assistindo os mais vulneráveis para além da pandemia. Isso está difícil porque o País não tem a capacidade de gerar mais déficit no ano que vem, dado que a dívida chega perto de 100%/PIB e há sinais de que essa dívida tem dificuldades de rolagem daqui para frente. Independentemente da segunda onda, nós já temos problemas. Se vier, nós vamos ter mais problemas ainda, com a dívida subindo mais. Aí perderemos completamente a nossa capacidade de ajudar. Se não fizermos nada, os gastos e a dívida vão seguir crescendo, o mercado vai perceber os problemas e vai estressar.

Nesse sentido, qual a primeira atitude a tomar no curto prazo?

Eu não acho ainda que a segunda onda virá com certeza. Se não fizer as reformas, vamos chegar a uma crise no próximo ou no outro ano. Não há espaço para inação, as reformas são para ontem. Acho que é preciso se conscientizar o mais rápido possível de que estamos em uma situação de que as reformas fiscais - a emergencial e a administrativa -, não são opcionais. A emergencial precisa gerar 2% do PIB e a administrativa, que precisa economizar dinheiro para frente, sendo alguma parte imediata. Com isso, os detentores da dívida vão olhar e dizer que vai estabilizar e, assim, dá para rolar essa dívida. Aí os juros caem e a coisa fica muito mais leve.

A partir do momento em que se aprovar a reforma já estabilizaria a perspectiva. Teria um efeito de curto prazo.

Exato. Há uma reforma de curto prazo, que é a emergencial. E uma reforma administrativa que é de curto, médio e longo prazos, que tem efeito na confiança de curto prazo. O que não dá para fazer é achar que não há problema, deixar a inação nos levar e, lá na frente, descobrir que não dava para levar desse jeito. Por exemplo: há uma discussão que não dava para fazer nada até acabar as eleições municipais, depois do segundo turno haverá uma discussão que não dá para fazer nada até acabar as eleições no Congresso. Depois se empurra para frente e não acabamos com o problema. Sem contar que temos de determinar o Orçamento e há uma demanda social que vai tornar ainda mais necessárias essas reformas.

O Ministério da Economia anunciou uma projeção menor de queda do PIB em 2020, para 4,5%. Nesse contexto de adiamento das reformas, essa sinalização de que a economia nem vai retrair tanto, não cai como mais um argumento para seguir adiando soluções?

O fato de que a economia esteja se recuperando é nosso maior trunfo. Mas nós não podemos interromper isso. A queda de 4,5% neste ano é basicamente a queda que ocorreu no segundo trimestre, em abril. O FMI falou que cairia 9%, então está recuperando, porque no terceiro trimestre parece que cresceu 9%, e isso é muito forte. Ou seja, ainda dará uma média de 4,5%, porque o PIB é uma média, mas há muitos setores que já voltaram ao seu ponto inicial. Já ocorreu a recuperação em 'V'. Não podemos deixar essa recuperação ser interrompida. Para isso, são dois pilares: não deixar a covid nos dominar no sentido de não ter cuidado sanitário, tratar com responsabilidade. E não nos deixar dominar pela inação. Se achar que porque a economia está recuperando há mais tempo, vai dar problema. A dívida seguirá subindo e haverá estresse nos mercados, interrompendo a retomada com desemprego subindo e aumento da pobreza.

O Tesouro Nacional está aí com um problema de rolagem da dívida.

Vou repetir aqui algo que tenho falado durante toda a pandemia. Não há solução mágica do BC ou do Tesouro que resolva nosso problema fiscal. Muita gente no meio da pandemia falava que o BC deveria reduzir a Selic a zero para ajudar a economia. Ainda bem que o BC não embarcou em um excesso de estímulo monetário. Hoje já estamos com inflação indo para 3,5% neste ano e tudo indica que vai para 4% no ano que vem. Eu dizia que juro zero é um problema no Brasil, pois vamos para uma dívida de 100% do PIB e isso pode gerar um balanço de riscos complicado, uma dificuldade diante da necessidade de rolagem. O BC e o Tesouro podem mitigar, ajudar, oferecer uma mão como estão fazendo agora com as estratégias de leilões, mas se não vierem as reformas, se os gastos seguirem subindo, no fim das contas, os detentores da dívida cobram mais.

Há uma disparidade entre os índices inflacionários com os IGPs (inflação para o atacado) em quase 20% e o IPCA (inflação sentido pelo consumidor) a 2%. Qual o efeito nocivo disso?

Ao longo de vários anos, os IGPs e o IPCA acabam se equilibrando. Uma possibilidade é o IGP voltar no ano que vem. Ou, o que é arriscado e o que me parece que vai acontecer, é que tenhamos um repasse um pouco maior à frente. Termos mantido a inflação baixa durante esses anos, a credibilidade do Banco Central e também o fato de estarmos com capacidade ociosa têm mantido o repasse baixo. Ao contrário do que o mercado acha de que o parâmetro é fixo, que vem lá de fora, e que a inflação vai ficar baixa para sempre, independentemente do que a gente fizer, esse repasse pode aumentar de uma hora para outra. Já estamos observando a inflação pelo IPCA vindo, a expectativa do Credit Suisse é de 3,5% em 2020 e de 4,0% no ano que vem, o que está em torno da meta. Se o fiscal não for equacionado, o que está na meta, vira acima. A projeção do Credit Suisse é a de que os juros comecem a normalizar em junho do ano que vem. Isso considerando um cenário sem estresse.

O que seria esse estresse?

Seria chegarmos em junho sem nenhuma reforma, a dívida continuar subindo, os juros de mercado também e nem o juro do Banco Central conseguiria ficar onde está.

Quais os riscos de o País entrar em dominância fiscal?

Não vejo problema de dominância fiscal como zero ou um. É uma relação contínua. À medida que a fragilidade fiscal aumenta vai piorando a efetividade da política monetária. E a inflação vai ficando mais difícil de controlar, precisando de juros maiores. Se o Brasil não fizer as reformas fiscais será difícil manter os juros baixos.

O volume de estímulos fiscais concedido pelos países avançados não contraria uma crise de dívida à frente?

O desafio que o Brasil tem, que é extremo, é um desafio global também. A vantagem lá é que há uma credibilidade, com o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) assim como o Banco Central Europeu (BCE), que devem manter os juros baixos. A situação fiscal deles não é tão delicada quanto no Brasil, que tem 36% da sua dívida a ser rolada nos próximos 12 meses e a nossa percepção de risco do mercado é maior do que a deles. Lá há problemas porque as dívidas são grandes, mas a perspectiva pode ser de juros menores, de que a dinâmica não vai ser tão ruim ou o primário deles pode ser melhor. Eles têm um desafio fiscal e isso pode ser um problema, mas não é tão extremo como o nosso. Não podemos não fazer nada e ver o que vai dar.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 24/11/2020

INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS QUER REDE PRIVADA DE 5G PARA ACELERAR DIGITALIZAÇÃO

Entidades se mobilizam para garantir que a regulamentação que está sendo elaborada para o leilão da nova banda, no ano que vem, já traga uma frequência específica para o setor

Por Denise Luna, O Estado de S.Paulo

RIO - A indústria de petróleo e gás quer garantir uma rede privada de tecnologia 5G para acelerar a transição digital e garantir a segurança das suas operações, cada vez mais ameaçadas por ataques cibernéticos. Pensando nisso, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás Natural (IBP) tem se reunido com outras entidades para garantir que a regulamentação que está sendo elaborada para o leilão da nova banda, no ano que vem, já traga uma frequência específica para o setor de petróleo e gás.

Há duas semanas, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) assinaram acordo de cooperação técnica para a realização de testes do uso empresarial de redes privadas de tecnologia 5G.



corporativa do IBP, Cristina Pinho.

<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/5/9/1605198920095.jpg>

A garantia da segurança das operações é um dos motivos para a indústria de petróleo e gás querer garantir uma rede privada de tecnologia 5G. Foto: Reuters

"A gente tem participado dessas discussões. O leilão 5G é estratégico para as ambições do nosso segmento. A gente precisa de uma estrutura adequada para que possa ter a internet das coisas funcionando até no chão da fábrica", avalia a diretora executiva

As discussões têm ocorrido no Conselho Consultivo de Transformação Digital do IBP, criado há um ano, e a intenção é não esperar o leilão 5G para começar "a revolução", diz Pinho, "basta estar na regulamentação", informa. Para ela, o 5G no setor de petróleo vai ser como ouviu recentemente de alguém na indústria: "É como uma estrada que tinha três pistas e agora ganha nove".

Com a entrada da tecnologia 5G, inúmeras possibilidades digitais serão abertas, o que pode deixar espaço também para ataques cibernéticos, explica Pinho. "Dentro do IBP temos um grupo de trabalho sobre segurança cibernética, uma plataforma de compartilhamento de ameaças de ataques e como se prevenir contra esses ataques. Desde o início da pandemia para cá aumentou muito o ataque cibernético", destaca.

A digitalização cresceu mais na indústria do petróleo do que em outros setores no Brasil, atingindo cerca de 55% das empresas, contra a média de 15% da indústria em geral. Mesmo assim, o País ainda ocupa uma posição baixa no ranking do Global Index Innovation, apesar de ter subido duas posições nos últimos dois anos - da 65ª para 62ª -, mas continua atrás de vizinhos da América Latina como Chile, México e Costa Rica.

Mais investimento em tecnologia

De acordo com o IBP, nos últimos dois anos os investimentos em tecnologia e inovação em petróleo e gás atingiram R\$ 3,4 bilhões, estimulados pelo programa de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) obrigatório para todas as petroleiras que adquirem blocos da União nos leilões do governo. Para os próximos dez anos, a previsão é de que esse número seja multiplicado por dez, acompanhando o crescimento da produção de petróleo do pré-sal, e aproveitando a maior flexibilidade para o uso desses recursos dada recentemente por uma resolução da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) recentemente.

A mudança permitiu que as empresas decidissem onde colocar os recursos de PD&I, o que antes ficava nas mãos da agência. "Havia uma ingerência muita forte na alocação desses recursos e muitos ficaram represados porque não atendiam os critérios da agência e ela bloqueava", diz a diretora do IBP.

Segundo projeções da ANP, somente os contratos dos leilões já realizados garantem R\$ 3 bilhões ao ano até 2025 em PD&I, quando o valor sobe para R\$ 5 bilhões anuais até 2030.

A cobiçada região petrolífera foi inclusive a locomotiva de grande parte do desenvolvimento tecnológico brasileiro, explica Pinho, antes puxado pela Petrobrás, mas que a cada dia ganha mais colaborações da participação privada, à medida que sobem suas fatias no mercado.

Hoje, as grandes petroleiras que atuam no País já são íntimas de soluções de robótica submarina, uso de drones para fiscalização, internet das coisas para interligar equipamentos, inteligência artificial para processar milhares de dados e analytics para prever a duração dos equipamentos, possíveis falhas, entre outros usos.

"A robotização já é antiga na indústria, a novidade é que as fábricas estão trazendo essas tecnologias para dentro dos equipamentos, eles já saem com mais confiabilidade. Existem empresas de engenharia marítima no Brasil que vem aplicando digitalização de maneira muito intensa, para que você tenha alta confiabilidade dentro d'água", informa Pinho. "Big Data, inteligência artificial e internet das coisas trouxeram para a indústria grandes possibilidades de uso dessas novas tecnologias. Tudo isso vem sendo utilizado por essas empresas, e quem não estiver usando vai ficar para trás", completa.

A gerente de tecnologia do IBP, Melissa Fernandes, dá como exemplo a Technip FMC, que utiliza impressoras 3D para montar protótipos dos equipamentos conhecidos como "árvores de natal" usados na extração de petróleo, reduzindo o custo de produção do equipamento e aumentando a segurança.

Além disso, a indústria já lança mão de drones para inspeção de plataformas; ferramentas de internet das coisas para operações remotas e interconexão de equipamentos. Roupas de trabalho e equipamentos estão cada vez mais inteligentes, com macacões que avisam sobre vazamento de gases nocivos, e óculos que indicam as instruções necessárias para o bom funcionamento da operação, de manutenção, entre outras, aumentando a segurança. Segundo o IBP, as empresas brasileiras de óleo e gás ocupam a quinta colocação em investimentos em PD&I no mundo.

Startups têm sido também um poderoso motor para acelerar inovações, tanto que terão destaque no evento Rio Oil & Gas deste ano, previsto para acontecer entre 1º e 3 de dezembro, e pela primeira vez realizado de maneira virtual. "As startups são elementos muito importantes porque têm agilidade, conseguem pensar mais fora da caixa e têm menos burocracia, são menos engessadas", avaliam as executivas, lembrando que mesmo a Petrobrás, que tem um dos

maiores centros de pesquisa do setor, o Cenpes, tem lançado mão das startups para dar mais agilidade nas inovações.

Mas para utilizar toda essa tecnologia é preciso também investir em conhecimento, até pela perda de vagas que é inerente a essa evolução. Com objetivo de mostrar as oportunidades que se abrem e ajudar a entender melhor as tendências do setor, a Universidade IBP inicia no ano que vem a primeira turma de um curso para executivos de tecnologia e inovação. "É um curso para saber valorar as tecnologias. Existem novas oportunidades de empregos que vão chegar com as novas tecnologias, trabalhos mais operacionais vão ser facilmente substituídos por robôs. É uma oportunidade pra gente se especializar e capacitar novas competências, novas habilidades", informa Pinho.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 24/11/2020

MOURÃO DIZ QUE MAIOR PREOCUPAÇÃO DA ÁREA ECONÔMICA É A VOTAÇÃO DAS DIRETRIZES DO ORÇAMENTO DE 2021

Segundo o vice-presidente, a equipe econômica aposta no avanços das reformas em 2021 e espera a aprovação da LDO para permitir um orçamento mínimo para o ano que vem

Por Emilly Behnke, O Estado de S.Paulo



BRASÍLIA - Com o Orçamento de 2021 e as reformas ainda travados no Congresso, o vice-presidente Hamilton Mourão afirmou nesta terça-feira, 24, que a "maior preocupação" da área econômica do governo é a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ainda este ano. Segundo ele, a equipe econômica aposta no avanços das reformas em 2021 e espera a aprovação da LDO para permitir um orçamento mínimo para o ano que vem.

<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/0/3/1604964994430.jpg>

O vice-presidente, Hamilton Mourão Foto: Gabriela Biló/Estadão

"Hoje eu acho que a maior preocupação da área econômica do governo é a questão da votação da LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias; (é votar) pelo menos a LDO para que a partir de janeiro o governo não fique parado, senão não pode gastar nada", disse Mourão nesta terça-feira, 23.

A LDO define as regras para os gastos federais. Caso não seja votada até o fim do ano, o governo entra em um cenário de "shutdown" (paralisação) e pode ficar sem autorização para pagar despesas essenciais, como salários e aposentadorias, no início de 2021. Além disso, se não for apreciada até 22 de dezembro, não haverá recesso legislativo. Mourão lembrou que com a aprovação da LDO o governo pode gastar uma parcela por mês do Orçamento previsto para 2021 até a votação do texto da Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo Congresso.

O Orçamento segue travado no parlamento por conta de um impasse quanto à Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso, que ainda não foi instalada. A presidência do colegiado é disputada pelo deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), aliado do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e pela deputada Flávia Arruda (PL-DF), do grupo de Arthur Lira (PL-AL).

A disputa tem como pano de fundo a sucessão da presidência da Câmara, já que o controle da CMO pode garantir mais votos na eleição. Como o Estadão/Broadcast mostrou, por causa do impasse, o Congresso deve levar a votação da LDO diretamente ao plenário, sem passar antes pela CMO. Uma vez aprovada, o governo teria uma autorização mínima para executar os gastos a partir de janeiro. A Lei Orçamentária Anual (LOA) ficaria para o próximo ano.

Também ficam para o ano que vem as reformas estruturantes prometidas pelo governo, segundo Mourão. Para o vice-presidente, as reformas tributária e administrativa são temas "complicados" que foram afetados pelos trabalhos remotos do Congresso, impedido de se reunir presencialmente por conta da pandemia da covid-19.

"Sem o Congresso se reunir para debater dois temas complicados como é a reforma tributária e a reforma administrativa não é simples (o avanço da pauta econômica)", disse. "A visão da área econômica do governo e a própria declaração do ministro Paulo Guedes ontem, se não me engano, deixa claro que a gente considera que 2021 é o ano para ter que avançar essas reformas", afirmou.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 24/11/2020

EM MANIFESTO, 72 ENTIDADES DO SETOR DE SERVIÇOS TENTAM BARRAR REFORMA TRIBUTÁRIA NESTE ANO

Elas afirmam que o projeto em tramitação na Câmara não está tendo o 'indispensável' debate público e pedem mais tempo para discutir o texto em 2021

Por Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Manifesto divulgado na segunda-feira, 23, por 72 entidades do setor de serviços se posiciona contra a votação este ano da reforma tributária e pede mais tempo para discutir a proposta em 2021.

No manifesto, elas acusam as lideranças políticas, que anunciaram a "imediate" aprovação do parecer da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, em tramitação da Câmara, de estarem interditado o "indispensável" debate público.

"Desconcertantes são as manifestações de lideranças políticas que anunciam a imediata aprovação do parecer da PEC 45, logo em seguida à sua apresentação" afirmam as entidades no manifesto. Sem citar nomes diretamente, o documento critica, na prática, a posição do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de acelerar a votação da reforma nas poucas semanas que faltam até o fim do ano.

"Não dá para votar o parecer sem discussão e diálogo. Algo que vai mexer com a economia do País tratado de forma política. O Rodrigo Maia querendo uma reforma para chamar de sua e o Executivo meio que tentando colocar uma reforma sem apoio suficiente", diz João Diniz, presidente da Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse), que reúne 65 das 72 entidades que assinaram o manifesto.

A PEC da Câmara, apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP) e idealizada por Bernard Appy, cria o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), substituindo três tributos federais (IPI, PIS e Cofins), o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal. A mudança ocorreria em uma transição de 10 anos até a unificação e em 50 anos até a compensação de eventuais perdas de arrecadação de Estados e municípios.

Segundo Diniz, o manifesto não é contra a reforma, mas a forma como ela está sendo discutida e que estaria sendo "tratorada". Para as entidades, discutir superficial e apodadamente uma reforma tributária é correr o risco de tomar decisões de impactos imprevisíveis e possivelmente equivocadas. "Reforma tributária neste momento exige mais responsabilidade e menos voluntarismo", afirma o ex-secretário especial da Receita, Marcos Cintra.

O manifesto cobra os estudos de impacto da proposta e justifica que não se conhece ainda todo o projeto de reforma idealizado pelo governo. A crítica é de que os poucos estudos que têm sido utilizados para servir de base às propostas em tramitação no Congresso são patrocinados por grupos de interesses específicos, o que comprometeria a imparcialidade e "prevalência do interesse nacional".

O manifesto alerta que somente com a publicação do parecer do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), é que se saberá quais os contornos da proposta em tramitação. O documento pede que se dê tempo suficiente para que todos possam analisar "à exaustão" o parecer da proposta.

"A nação brasileira clama por uma ampla reforma tributária. Mas que ela venha sem imposições ou pratos feitos, considerando que neste tema não existem verdades absolutas, nem fórmulas milagrosas", diz o manifesto, que afirma ainda que prosseguir dessa forma é não apenas inconveniente, mas sobretudo altamente arriscado.

As entidades questionam se o caminho de uma reforma tributária prudente e responsável não estaria inicialmente na revisão de normas e da legislação infraconstitucional. "Será inaceitável que o desenlace desse processo, que já perdura há décadas, termine com a aprovação feita de forma açodada e a toque de caixa para cumprir metas políticas divorciadas dos reais interesses da sociedade brasileira".

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 24/11/2020

PREVI NÃO PODE FICAR AMARRADA A ACORDOS QUE IMPEÇAM VENDA DE AÇÕES, DIZ DIRETOR

Fundo previdenciário de funcionários do Banco do Brasil quer reduzir a concentração da carteira, deixando o controle das empresas para se tornar um acionista minoritário relevante

Por Mariana Durão, O Estado de S.Paulo

RIO - Em meio à turbulência dos mercados durante a pandemia, a Previ, fundo de previdência dos funcionários do Banco do Brasil, viu sua carteira de participações societárias encolher R\$ 6,2 bilhões em 2020. Com patrimônio de R\$ 201,8 bilhões, o fundo de pensão tem hoje perto de R\$ 84,5 bilhões investidos em ações de companhias como Vale, Magazine Luiza, Petrobrás e Neoenergia. O diretor de participações da entidade, Denísio Liberato, afirma que apesar de ter sofrido com a crise o fundo "teve estômago" para não realizar perdas. Em entrevista exclusiva, ele destaca a busca por liquidez e cita o fim do acordo de acionistas da Vale como o mais recente passo nessa direção.

"A Previ passa a ter a liberdade de tomada de decisão em relação ao que vai fazer com sua participação. Isso deixa claro o norte de busca de liquidez", disse ao Estadão/Broadcast. O maior fundo de pensão do País não abre, porém, qual será sua estratégia em relação aos papéis da Vale a partir de agora.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/8/5/1606189105258.jpg>

Segundo Liberato, fundo quer continuar com política de redução da concentração da carteira de ações. Foto: Previ

A extinção do acordo de acionistas da mineradora, no último dia 9, liberou para venda R\$ 68 bilhões em ações detidas por seus signatários. Além da Previ e outros fundos de pensão estatais reunidos na Litel, faziam parte do bloco de controle o BNDES, por meio de seu braço de participações, a

Mitsui e a Bradespar. Na última segunda-feira, 23, o banco público vendeu 40 milhões de papéis da Vale, embolsando R\$ 2,5 bilhões numa tacada. A operação foi provocada pelo comprador, o que mostra que há uma janela para a venda dos papéis.

Na data do fim do acordo, a Previ tinha uma participação direta de 4,71% em ações ON da Vale, em montante de R\$ 15,7 bilhões, o maior valor entre os das 34 empresas participadas da carteira do fundo. Detinha ainda 80,62% dos papéis da Vale nas mãos da Litel/Litela, em uma fatia que

somava aproximadamente R\$ 30 bilhões. Ou seja: são mais de R\$ 45 bilhões em participação direta e indireta.

Segundo Liberato, a fundação pretende dar seguimento à política de reduzir a concentração da carteira de ações, deixando o controle das empresas para se tornar um acionista minoritário relevante. O movimento, que reduz riscos, entrou em compasso de espera por conta do choque nos mercados com a covid-19, mas vem sendo retomado à medida em que os preços dos ativos se recuperam. E o fundo tem entrado em novas companhias. Na nova safra de ofertas públicas de ações na Bolsa brasileira, por exemplo, a Previ participou dos IPOs de Lojas Quero-Quero, Grupo Mateus e Petz.

Apesar da meta de diversificação no médio prazo, em 2020 a forte concentração de investimentos na Vale foi favorável à Previ. A recuperação da carteira de renda variável a partir de maio, após o auge da pandemia, foi impulsionada especialmente pela performance da mineradora, cujo carro-chefe, o minério de ferro, está perto da máxima histórica de preços.

"A China conseguiu estancar a crise rapidamente e a pressão nos preços das commodities veio forte. A Previ tem exposição relevante em minério de ferro (via Vale). Isso puxou a carteira, que hoje tem desempenho superior ao de mercado", destaca Liberato.

A renda variável foi o segmento de investimentos que mais sofreu na crise dentro do portfólio da Previ. Embora apresente desempenho bem acima do IBRX, índice de referência, a rentabilidade negativa acumulada chegou a 5,29% até setembro. No ápice da crise, em abril, o indicador chegou a ficar negativo em mais de 20%.

Pagamentos

O fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil persegue a liquidez porque precisa estar preparado para fazer frente ao pagamento de benefícios, em especial do Plano 1, o maior e mais antigo. Dos cerca de sete mil funcionários ativos no Plano, 75% já podem se aposentar a qualquer momento, e quase todos os demais poderão requerer seus benefícios em até três anos. A folha de pagamento de benefícios está estimada em R\$ 13,8 bilhões para 2021, quando atingirá seu pico.

"Não dá para ficar amarrado a acordos que impeçam o fundo de fazer vendas", diz Liberato, ponderando que pelo tamanho da Previ, qualquer movimento deve ser gradual. "Tem que ser paulatino e muito bem pensado. Estamos passando por uma crise sui generis. Não se pode vender um papel depreciado para fazer realocação no meio da pandemia", conclui.

Atualmente, entre as empresas em que a Previ está - com assento no conselho ou mais de 0,25% de seu patrimônio investido -, o fundo tem acordos de acionistas remanescentes na Invepar, onde detém uma fatia de 25,26%, na Neoenergia (30,29%) e na fabricante de bens de capital Tupy (25,88%).

Segundo a Previ, todos os acordos têm desenhos que permitem a desvinculação do fundo se preciso, à exceção da Invepar. A concessionária de infraestrutura, aliás, tem enfrentado reveses, sendo o último a encampação da Linha Amarela pelo prefeito do Rio, Marcelo Crivella. O caso está no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, para especialistas, tende a aumentar a insegurança jurídica no setor.

"O gargalo do Brasil é a infraestrutura, então é um setor com belo potencial de crescimento. Em saneamento, nossos números são medievais. O que precisa é arredondar a bola do ambiente de negócios", diz, ao ser questionado sobre se o episódio reduz o apetite da Previ pelo setor. "A infraestrutura no mundo todo é financiada por investidores institucionais. No Brasil não vai ser diferente se os problemas forem endereçados", avalia Liberato.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 24/11/2020

BANCOS SONDRAM BNDES SOBRE VENDA DE FATIA NA KLABIN

Por Fernanda Guimarães

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deve começar a preparar a venda de sua fatia na Klabin após encerrar a saga que marcará o fim do pagamento de royalties para o uso da marca à família de mesmo nome. O ponto final para essa pendência já tem data: quinta-feira, dia 26, quando ocorrerá a assembleia de acionistas. Após acordo que ocorreu depois de intensas negociações, o banco votará a favor da operação.

Caminhos. Com o dia D se aproximando, alguns bancos de investimento voltaram a falar com o BNDES sobre a venda dessa fatia de 7,5% do capital, ou cerca de R\$ 2 bilhões em ações. A mensagem da instituição financeira tem sido que, se houver demanda firme para se fazer um block trade, que é o leilão em bolsa de valores, o negócio será feito.

Nesse momento. O BNDES não está em processo de seleção de um banco para tocar a operação. Foi assim, por exemplo, na semana passada, quando vendeu mais uma fatia de Vale. Não estava no cronograma a venda naquele momento, mas um block trade provocado por um comprador com bastante apetite levou a instituição financeira a se desfazer de mais R\$ 2,5 bilhões de ações da mineradora. Ao longo do último ano, o BNDES já enxugou em cerca de R\$ 45 bilhões sua carteira de renda variável.

Se não agora, depois. Se não houver demanda para um block trade de Klabin nesse ano está nos planos aguardar 2021 e fazer uma oferta subsequente (follow on), assim como aconteceu com a Suzano. O momento para a venda é oportuno: a ação da fabricante de papéis para embalagens sobe no acumulado do ano mais de 30% na Bolsa. Procurado, o BNDES não comentou.

Esta reportagem foi publicada no Broadcast+ no dia 23/11/2020 às 14:58

O Broadcast+ é a plataforma líder no mercado financeiro com notícias e cotações em tempo real, além de análises e outras funcionalidades para auxiliar na tomada de decisão.

Para saber mais sobre o Broadcast+ e solicitar uma demonstração, acesse <http://www.broadcast.com.br/produtos/broadcastplus/>

Contato: colunabroadcast@estadao.com

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 24/11/2020

Valor
ECONÔMICO

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

PETRÓLEO TEM FORTE ALTA E REFERÊNCIAS FECHAM NAS MÁXIMAS DESDE MARÇO

O otimismo relacionado ao desenvolvimento de vacinas contra a covid-19 ajudou a impulsionar os preços da commodity

Por Valor, com Dow Jones Newswires — São Paulo

Os investidores deram sequência ao rali para os preços do petróleo nesta terça-feira (24), e as referências globais da commodity fecharam o dia nas máximas desde março, impulsionadas pelo otimismo relacionado ao desenvolvimento de vacinas contra a covid-19.

Os contratos futuros do Brent para o mês de janeiro subiram 3,90%, aos US\$ 47,86 o barril, na ICE, em Londres, enquanto os contratos do West Texas Intermediate (WTI) para o mesmo mês avançaram 4,29%, a US\$ 44,91 o barril, na Bolsa de Mercadorias de Nova York (Nymex).

“Os otimistas parecem estar ganhando terreno, já que dificilmente passamos um dia sem relatos de testes bem-sucedidos de vacinas. Isso está deixando o mercado cada vez mais confiante de

que a economia se normalizará rapidamente e, com ela, a demanda por petróleo, apesar dos dados atuais não oferecerem muitos motivos para otimismo”, afirmou Eugen Weinberg, analista de commodities do Commerzbank, em nota.

O petróleo bruto está em alta desde o início de novembro, depois que a Pfizer e a BioNTech anunciaram que sua vacina candidata era altamente eficaz. As empresas buscaram, última na sexta-feira (20) a aprovação emergencial da Food and Drug Administration (FDA) para a vacina. A Moderna, na semana passada, disse que sua vacina candidata também foi muito bem-sucedida na prevenção de infecções em testes clínicos de estágio final.

Os ganhos do petróleo são acompanhados pela alta nas ações globais, em um movimento de aumento do apetite por risco por parte dos investidores, apesar do aumento contínuo nos casos de covid-19.

Em outro desenvolvimento positivo para os mercados, o risco eleitoral foi reduzido ainda mais ontem, quando a Administração de Serviços Gerais (GSA, na sigla em inglês) disse à equipe de Joe Biden que a transição pode começar formalmente, uma medida que o presidente Donald Trump endossou em uma publicação em seu Twitter.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 24/11/2020

O QUE VOCÊ PRECISA SABER E ACOMPANHAR NESTA TERÇA

Aqui estão as notícias para você começar o dia

Por Valor — São Paulo

Ânima fará oferta de ações de R\$ 1,13 bi A

Ânima Educação, dona da faculdade São Judas, vai fazer uma oferta de ações que pode chegar a R\$ 1,13 bilhão, segundo comunicado feito nesta madrugada. A empresa fechou recentemente a compra das operações da Laureate Education no Brasil por R\$ 4,6 bilhões.

IBGE publica IPCA-15 de novembro

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publica, às 9h, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) de novembro. O indicador funciona como prévia do IPCA, índice usado pelo governo como referência para o cumprimento da meta de inflação. Segundo a mediana das estimativas de 24 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data, o IPCA-15 subiu 0,72% em novembro. Em outubro, o indicador avançou 0,94%. As projeções variam de aumento de 0,52% a 0,86%. Em 12 meses, a expectativa é que a inflação acumulada pelo IPCA-15 avance de 3,52% em outubro para 4,11% em novembro.

Receita anuncia arrecadação de outubro

A Receita Federal anuncia, às 14h30, o resultado da arrecadação de tributos federais e contribuições previdenciárias de outubro. Em setembro, a arrecadação total das Receitas Federais atingiu R\$ 119,825 bilhões, registrando acréscimo real pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 1,97% em relação a setembro de 2019. No período acumulado de janeiro a setembro de 2020, a arrecadação alcançou o valor de R\$ 1.026,286 trilhão, representando um decréscimo pelo IPCA de 11,70%.

Presidente do BCE profere discurso

A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, profere discurso às 11h (de Brasília).

Comissão mista sobre covid-19 ouve secretário especial da Fazenda

A Comissão Mista de acompanhamento das ações fiscais e da execução orçamentária e financeira do Ministério da Economia frente à emergência de saúde pública relacionada à covid-19 se reúne às 10h e ouve o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues Junior, e o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Scudeler Salto.

1ª Turma do STF julga recurso do deputado Arthur Lira

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) julga, a partir de 14h, recurso do deputado Arthur Lira (PP-AL), candidato do presidente Jair Bolsonaro à presidência da Câmara, contra decisão que o tornou réu por corrupção passiva. Ele é acusado de receber R\$ 106 mil em propina em troca do apoio político ao então presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) Francisco Colombo, que buscava permanecer no cargo. A 2ª Turma julga reclamação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1) que considerou ilegal a exigência do requisito de regularidade fiscal como condição prévia para participação no processo de recompra de títulos públicos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), por se configurar como meio indireto de coerção estatal para exigência de pagamento de tributos federais.

Rumo se une à DP World para novo terminal no Porto de Santos

A Rumo, operadora logística do grupo Cosan, firmou um memorando de entendimento com a DP World para construir um novo terminal no Porto de Santos, voltado à exportação de grãos e à importação de fertilizantes. O projeto ainda depende da aprovação de órgãos reguladores e ambientais. O valor do investimento não foi revelado.

BNDES se prepara para vender fatia na Klabin

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está se preparando para vender a fatia de 7,5% que detém da Klabin. Potenciais compradores começaram a enviar sinais de interesse nas ações, apurou o Valor. Ao preço atual da unit, que sobe 27,5% neste ano, o banco levantaria cerca de R\$ 2 bilhões.

Vitru tem queda de 55% no lucro

O lucro líquido da Vitru Education, holding da instituição de ensino a distância da Uniasselvi, caiu 55% no terceiro trimestre em comparação ao mesmo período de 2019, para R\$ 1,8 milhão. Foi a primeira divulgação de resultado desde que a companhia abriu capital na Nasdaq, em Nova York, quando captou US\$ 96 milhões em setembro.

Guararapes vai emitir debêntures simples

A Guararapes Confeções aprovou a emissão de 300 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, pela Lojas Riachuelo, levantando cerca de R\$ 300 milhões.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 24/11/2020

RUMO E DP WORLD FIRMAM ACORDO PARA TERMINAL DE GRÃOS EM SANTOS

Após renovação da Malha Paulista, operadora da Cosan quer garantir escoamento da produção agrícola no cais santista

Por Taís Hirata — De São Paulo



[https://s2.glbimg.com/dlz6OROkFInnJXWtx41YtwrBDjA=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/R/t/fxNHmfTsu2djN4JsQMqA/foto24emp-101-rumo-b3.jpg](https://s2.glbimg.com/dlz6OROkFInnJXWtx41YtwrBDjA=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/R/t/fxNHmfTsu2djN4JsQMqA/foto24emp-101-rumo-b3.jpg)

Projeto vem na esteira dos investimentos na malha ferroviária da Rumo, para garantir escoamento no porto, diz o vice-presidente comercial Pedro Palma — Foto: Divulgação

A Rumo, operadora logística do grupo Cosan, firmou um memorando de entendimento com a DP World para construir um novo terminal voltados à exportação de grãos e à importação de fertilizantes no Porto de Santos.

O empreendimento ainda será alvo de estudos e terá que passar pela análise de órgãos reguladores e ambientais, mas a projeção é que as obras possam ter início em 2022, para que sejam entregues entre 2023 e 2024.

A ideia é construir a nova estrutura dentro do terminal privado da DP World, na margem esquerda do porto. A companhia, sediada em Dubai, é uma das grandes operadoras de contêineres em Santos e, desde 2019, também movimenta celulose, em uma parceria de longo prazo com a fabricante Suzano. Para construir os dois novos berços de atracação de navios, será feito um píer, perpendicular ao cais.

Para a Rumo, os novos terminais são parte de um grande plano de expansão de sua operação logística, voltada ao escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste do país para Santos. Com a realização de investimentos bilionários em sua malha ferroviária, o grupo quer garantir que não haverá gargalos no porto.

“Somos o elo de uma grande cadeia: o produto, para chegar ao mercado final, precisa de terminais de transbordo no interior, de ferrovia e de capacidade portuária. Então é importante que todo esse ecossistema cresça de acordo com a demanda”, afirmou o vice-presidente comercial da Rumo, Pedro Palma.

Hoje, a empresa já tem participação societária em outros terminais no porto de Santos: o Terminal XXXIX (parceria com Caramuru Alimentos), o Terminal de Granéis do Guarujá (TGG, em sociedade com Amaggi e Bunge) e o Terminal Marítimo do Guarujá (Termag, com a Bunge).

No entanto, a avaliação é que será preciso mais estrutura para comportar o crescimento projetado. Até 2026, a Rumo terá que ampliar a capacidade da Malha Paulista, ferrovia que desemboca no porto de Santos, dos atuais 35 milhões de toneladas por ano para 75 milhões de toneladas. O compromisso foi firmado durante a renovação antecipada da concessão, em troca de R\$ 6 bilhões de investimentos.

Além disso, a empresa está em fase de conclusão das obras da ferrovia Norte-Sul, arrematada em março de 2019, em leilão promovido pelo governo federal. A operação deverá ter início a partir do primeiro semestre de 2021 e irá interligar as regiões produtoras de Goiás, Tocantins e Minas Gerais ao cais santista.

Com os novos terminais em parceria com a DP World, a previsão é que o porto amplie sua capacidade de exportação de grãos em 8 milhões de toneladas por ano. No caso da importação de fertilizantes, o aumento será de 3 milhões de toneladas por ano, segundo os estudos preliminares.

O valor do investimento não foi revelado, porque ainda está em análise, diz o executivo.

Para efeitos de comparação, uma fonte de mercado estima que os recursos aportados no novo complexo portuário deverá ser de aproximadamente metade do investimento feito no terminal da VLI em Santos, de R\$ 2,3 milhões - ou seja, tende a ficar na faixa de R\$ 1 bilhão.

Ainda não está definido de que forma a Rumo entrará na parceria - se com uma parcela dos recursos ou apenas como garantidora da carga que chegará ao terminal, por meio de contratos de “take-or-pay”, nos quais o usuário se compromete a pagar uma remuneração mínima pela prestação do serviço, independente da movimentação.

O projeto também prevê a construção de um acesso ferroviário novo, independente do ramal utilizado hoje pelo terminal.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 24/11/2020

DEPOIS DAS ELEIÇÕES, REFORMAS VOLTARÃO A AVANÇAR, DIZ GUEDES

Ministro da Economia também se mostrou cético em relação a uma segunda onda da pandemia de covid-19 e a eventual novo fechamento da economia

Por Gabriel Vasconcelos, Juliana Schincariol, Lu Aiko Otta e Edna Simão — Do Rio e de Brasília



[https://s2.glbimg.com/QoPFcSChTzBI9BPCuZaG-Oldl5Q=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/t/7/CZqbL8RI2E07LGgW9BIA/foto24bra-111-guedes-a8.jpg](https://s2.glbimg.com/QoPFcSChTzBI9BPCuZaG-Oldl5Q=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/t/7/CZqbL8RI2E07LGgW9BIA/foto24bra-111-guedes-a8.jpg)

Paulo Guedes: temos a possibilidade de chegar ao fim do ano perdendo menos empregos do que na recessão de 2015 e 2016 — Foto: Reprodução/Youtube

O ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu novas reformas econômicas para logo após as eleições municipais e disse que ainda não se pode cravar uma segunda onda de covid-19 no país. Em uma maratona de eventos públicos, ele disse que a política econômica vai “partir para o ataque” no ano que vem, avançando nas privatizações, na abertura de mercado e na reindustrialização do país e que, pelo governo, o auxílio emergencial será extinto no fim do ano.

Em discurso no seminário “Visão do Saneamento - Brasil e Rio de Janeiro”, organizado pelo jornal “O Globo” e pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Guedes citou as reformas administrativa e tributária, além das novas regulamentações para o gás natural e a cabotagem. Ele afirmou que o governo tem sim “uma pauta com baixo custo político e alto retorno social” para este fim de ano e o início de 2021.

Por duas vezes em seu discurso, Guedes se mostrou cético em relação a uma segunda onda da pandemia de covid-19 e a eventual novo fechamento da economia. “Nós tínhamos 1.300 mortes por dia e agora [esse número] desceu. Alguns dizem que a doença já está aqui. Vamos observar, isso não é um fato. A doença também tem características sazonais.”

O ministro reconheceu que o governo do presidente Jair Bolsonaro cometeu erros na seara econômica em seus dois primeiros anos. Seriam os casos dos programas de expansão de crédito e do programa de privatizações que, em suas palavras, não avançou, mas continua sendo uma prioridade do Planalto. “As narrativas falsas são militantes, de quem faz campanha desde o início do governo. Mas tivemos erros, temos que admitir. O programa de crédito demorou a funcionar, mas funcionou depois. Nosso programa de privatizações não andou”, disse.

Mas o ministro afirmou que, mesmo assim, a economia “está voltando com força”, ao contrário do que diziam as expectativas iniciais de economistas nacionais e internacionais de que o Produto Interno Bruto (PIB) poderia cair até 15% em 2020. Ele disse que a economia brasileira se recupera em “V”, com recuperação do emprego.

Segundo Guedes, a partir de julho, foram criados 500 mil novos postos de trabalho; em agosto, 250 mil; e, em setembro, 250 mil. Os dados de outubro ainda não foram divulgados, mas, ele disse esperar uma “desaceleração natural” no indicador. “Temos a possibilidade de chegar ao fim do ano perdendo menos empregos do que perdemos na recessão auto-imposta em 2015 e em 2016. A redução de empregos ficará entre um quinto e um terço da quantidade perdida nas crises anteriores”, disse ele.

Guedes disse ainda que, ao não conceder aumentos ao funcionalismo por três anos, o governo já iniciou uma reforma administrativa antes mesmo de o projeto tramitar no Congresso. “Estamos numa guerra, não podemos dar as medalhas no meio da guerra. Quando acabar a guerra a gente dá os aumentos. Eu acredito na democracia brasileira e ela funcionou bem para enfrentar a maior crise que o Brasil já viu.”

Sobre esforços ligados a desvincular o orçamento, o ministro repetiu que o governo quer devolver à classe política o comando sobre os recursos e que, neste ponto, 2020 foi “um ano exemplar”. “Como a população estaria protegida, dando 2% de correção inflacionária ou se reunindo para resolver a PEC do orçamento de guerra, como foi feito?”, questionou.

Já em evento promovido pela International Chamber of Commerce (ICC) Brazil, Guedes disse que o plano é avançar sobre o mercado asiático através do Oriente Médio e colocar a Índia no mesmo patamar que a China. Na indústria, o plano é aprovar os novos marcos do gás natural e da cabotagem, que permitirão a reindustrialização na costa brasileira.

O ministro citou a conversão de minério de ferro em “hot briquetted iron” (HBI), três vezes mais valioso do que o minério, para ser exportado para a Europa. O Brasil, porém, enfrenta dificuldades com o mercado europeu por causa da questão ambiental. Como mostrou o Valor em sua edição de ontem, a Alemanha ameaça barrar a entrada de produtos tropicais que tenham conexão com o desmatamento.

“Tem uma guerra que envolve o meio ambiente, uma guerra que envolve protecionismo disfarçado de práticas fitossanitárias”, comentou o ministro. Com isso, países ameaçam não implementar o acordo Mercosul-União Europeia. “Vamos ver se os parlamentos ratificam ou não”, disse. Por outro lado, o mercado brasileiro será aberto à competição. O estratégia do governo, disse o ministro, era fazer um corte gradual nas tarifas do Imposto de Importação (II), mas, assim como aconteceu com as privatizações, foi uma “falha nossa”.

Ele explicou que isso ocorreu porque a reforma tributária, essencial para dar às empresas brasileiras condições de competir com as internacionais, não andou. Além disso, como o Brasil havia fechado acordos comerciais importantes, como da União Europeia e os do Mercosul, a redução tarifária não pareceu tão fundamental.

Guedes disse que muito das reformas dependem do timing político, assim como as privatizações que ele prometeu - Eletrobras, Correios, Porto de Santos e PPSA - e não foram realizadas. Ele repetiu que há um acordo de centro-esquerda que bloqueia as privatizações, mas os partidos de centro-esquerda saíram derrotados nas eleições municipais, em declarações em evento promovido pela Empiricus e pela Vitreo.

“Quem subiu foi a centro-direita”, frisou, acrescentando que isso posta um apoio da população a pauta liberal de privatizar, abrir a economia e simplificar e não aumentar impostos. “Confio muito que as privatizações serão aceleradas no ano que vem”, disse ele. “Nós vamos trabalhar com os eixos políticos para acelerar os projetos.” Além disso, Guedes disse estar otimista com a aprovação até o fim do ano de temas de consenso, citando a Lei de Falências.

Guedes disse ainda no evento que segunda onda do coronavírus é uma narrativa política, assim como a ideia que o governo não tem projeto e está parado “Não podemos fabricar falsificação da realidade”, disse. Ele admitiu que o problema da doença ainda não está resolvido, mas classificou como “precipitação” a admissão de uma segunda onda e a prorrogação do auxílio. “Não há evidência empírica para puxar esse gatilho”, afirmou, ressaltando que o governo saberá reagir se houver a segunda onda.

Sobre os vencimentos de dívida no primeiro quadrimestre de 2021, da ordem de R\$ 600 bilhões, Guedes afirmou que o país não está em situação dramática. Para ele, a inclinação da curva de juros de longo prazo é natural devido as incertezas quanto a realização das reformas. “O futuro depende das reformas, se forem feitas, desce de novo. Se não continua, aquela ameaça”, disse. “Nós estamos tomando nossos cuidados.”

O ministro afirmou que praticamente a metade do valor dos vencimentos já está garantida, citando a transferência de R\$ 200 bilhões do lucro do Banco Central para o Tesouro, e R\$ 100 bilhões da alavancagem dos bancos públicos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 24/11/2020

FIM DE REPORTEO PREOCUPA AGÊNCIA REGULADORA

Diretor da Antaq teme série de pedidos de reequilíbrio financeiro em contratos de arrendamento
Por Murillo Camarotto — De Brasília



[https://s2.glbimg.com/pKuXz_tI7yFLqIzewq_sP_UiO-Qg=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/E/6/wB9X7cT2a9Shp6b5ocdw/foto24bra-101-dfantaq-a9.jpg](https://s2.glbimg.com/pKuXz_tI7yFLqIzewq_sP_UiO-Qg=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/E/6/wB9X7cT2a9Shp6b5ocdw/foto24bra-101-dfantaq-a9.jpg),

Eduardo Nery, novo diretor-geral da Antaq: “Experiência mostra que políticas de proteção à indústria naval não entregaram os resultados prometidos” — Foto: Dênio Simões/Valor

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) conta com a renovação do Reporto para evitar uma enxurrada de pedidos de reequilíbrio financeiro nos contratos de arrendamento. Empossado no início de novembro, o novo diretor-geral da agência, Eduardo Nery, considera importante a manutenção do regime fiscal do setor portuário.

Engenheiro de formação e servidor de carreira do Tribunal de Contas da União (TCU) há 20 anos, Nery também defende o avanço do projeto de lei da “BR do Mar” no Congresso Nacional. Mesmo ciente dos possíveis efeitos negativos sobre a indústria naval - um dos principais entraves ao projeto -, o diretor da agência reguladora avalia que chegou o momento de viabilizar a expansão da navegação de cabotagem.

Nery também está com as atenções voltadas aos estudos para a concessão da Companhia Docas do Espírito Santo, que administra o porto de Vitória. Em entrevista ao Valor, ele disse que pretende enviar o projeto ao TCU entre dezembro e janeiro. Vitória é visto como um laboratório para a privatização do porto de Santos, prevista para o ano que vem.

Com vigência até o dia 31 de dezembro, o Reporto suspende o pagamento de vários impostos incidentes sobre o setor portuário. O regime tributário especial vem sendo renovado nos últimos anos, mas desta vez a equipe econômica sinalizou que só aceita debater uma nova prorrogação no âmbito da reforma tributária.

Ocorre que muitos contratos de arrendamento foram assinados considerando as isenções previstas no programa. Caso o Reporto realmente expire, as empresas poderão procurar a Antaq para pedir a revisão dos contratos. “Certamente vai exigir um trabalho grande nosso. Por isso acredito que, assim como vem ocorrendo nos últimos anos, que haja a renovação”, afirmou Nery.

Uma emenda solicitando a renovação do Reporto foi protocolada na semana passada no projeto de lei da “BR do Mar”, mas o pedido foi rejeitado pelo relator, deputado Sargento Gurgel (PSL-RJ). O projeto flexibiliza as regras para afretamento de embarcações estrangeiras, de forma a impulsionar o transporte marítimo de cargas dentro do país, que hoje representa somente 11% do fluxo.

O diretor-geral da Antaq defende um modelo equilibrado, que atenda também aos anseios dos fabricantes de embarcações, mas deixa clara sua posição em relação ao projeto. “A experiência passada mostra que as políticas de proteção à indústria naval não entregaram os resultados que eram prometidos”, afirmou.

A discussão sobre a “BR do Mar” deve ser somente a abertura de um longo período de reformas no setor portuário. Além das concessões das companhias docas, o governo também pretende avançar na aplicação do arrendamento simplificado, inicialmente voltado para áreas menores.

Pela modalidade, essas áreas seriam exploradas pela iniciativa privada por meio de contratos similares a um aluguel, ou seja, o terminal paga por metro quadrado, sem vinculação com o volume de cargas que movimentam.

Para o diretor-geral da Antaq, o modelo é interessante para dar um uso mais célere para essas áreas. Nery também acredita que o arrendamento simplificado pode ser testado como modelo para eventualmente ser adotado no futuro em áreas maiores, hipótese já considerada dentro do Ministério da Infraestrutura.

Os principais atores do setor aguardam a tramitação da “BR do Mar” para dar andamento a uma reforma mais profunda, que envolveria questões trabalhistas, o desenho dos arrendamentos e até mesmo a revisão da Lei 10.233/2001, que criou a Antaq.

As discussões já foram batizadas pelas empresas como uma edição atualizada da Nova Lei dos Portos, sancionada em 2013, no governo Dilma Rousseff. Nery admite ter conhecimento das discussões, mas afirmou que a agência não está acompanhando e que o estágio é incipiente.

Na próxima quinta-feira, a diretoria da Antaq volta a debater a polêmica cobrança do Serviço de Segregação e Entrega de Contêineres (SSE). Também conhecida como THC-2, a taxa está no centro de uma antiga batalha entre os chamados terminais “molhados”, que ficam à beira-mar, e os retroportuários, ou terminais “secos”, que ficam longe da água.

A área técnica da agência concluiu recentemente um estudo que tem o objetivo de criar uma escala de abusividade na cobrança. Pelo modelo, a Antaq define um preço-teto para a SSE, acima do qual ficaria configurada a cobrança abusiva. A iniciativa foi criticada por parte do setor privado, que enxergou uma tentativa de tabelamento dos preços.

O avanço dessa proposta, no entanto, ainda depende da aprovação da diretoria. Empossado depois do início das discussões, Eduardo Nery não deve votar. Na semana passada, o plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) voltou a formar maioria contra a taxa.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 24/11/2020



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

OBRAS DO VLT ALTERAM TRÂNSITO EM RUAS DE SANTOS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA

Obras têm início às 7h de segunda-feira (23). Previsão, de acordo com a prefeitura, é que os trabalhos durem até o primeiro trimestre de 2021.

Por G1 Santos



[https://s2.glbimg.com/rNjabmNprtvr95y7gH_gqik-OZ8=/0x0:1200x750/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2019/8/7/Br3NDuTAugN3qo8PmYgA/camara-de-santos-defende-ampliacao-da-integracao-de-onibus-ao-vlt-1200x750.jpg](https://s2.glbimg.com/rNjabmNprtvr95y7gH_gqik-OZ8=/0x0:1200x750/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2019/8/7/Br3NDuTAugN3qo8PmYgA/camara-de-santos-defende-ampliacao-da-integracao-de-onibus-ao-vlt-1200x750.jpg)

Obras da segunda fase do VLT afetarão vias de Santos, SP — Foto: Divulgação CMS

As obras da segunda fase do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) serão realizadas em quatro diferentes pontos de Santos, no litoral de São Paulo, a partir de segunda-feira (23). A manutenção nos trechos exigirá alterações no trânsito em vias do município (veja lista no final da matéria).

De acordo com a Prefeitura de Santos, as obras estão previstas para terem início às 7h de segunda. Serão realizados serviços de remoção e implantação de redes novas de esgoto, água, gás e drenagem. O acesso de moradores das vias afetadas será liberado. A previsão é que o trabalho nesses locais prossigam até o primeiro trimestre de 2021.

A Rua João Guerra terá bloqueio parcial, com os trabalhos ocupando somente metade da pista. Já nas ruas Emílio Ribas, Cunha Moreira e Rodrigues Alves haverá a interdição total dos trechos, com indicação de rota alternativa para os motoristas.

A empresa responsável pelas obras do VLT produzirá e fará prévia distribuição de informativo a moradores e comerciantes das áreas em que ocorrerão os serviços e aos motoristas que circulem pelos locais. A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Santos) vai acompanhar a instalação das sinalizações indicativas das intervenções, que serão monitoradas pelos agentes da companhia.

Confira os trechos afetados:

- R. João Guerra, entre R. Campos Melo e R. Manoel Tourinho. O trecho terá meia pista para o trânsito
- R. Dr. Emílio Ribas, entre R. Silva Jardim e R. Campos Melo. O trecho será totalmente interditado e a rota alternativa será sentido da Rua Silva Jardim, pela Rua Luísa Macuco e, no sentido R. Campos Melo, R. Henrique Ablas
- Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, entre R. São Vicente de Paula e Av. Washington Luís. O trecho será totalmente interditado. A rota alternativa será pela Av. Francisco Glicério
- R. Dr. Cunha Moreira, entre Av. Washington Luís e R. Luís de Camões. O trecho será totalmente interditado. A rota alternativa será pela R. Guedes Coelho

Além disso, na próxima segunda-feira (30), está programado o início dos mesmos serviços na Rua Dr. Carvalho de Mendonça, no trecho entre a Av. Washington Luís e Luís de Camões. Para as obras, também será ocupada metade da pista, com o trânsito fluindo pela faixa da via.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP

Data : 24/11/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

WORKSHOP DE DIREITO MARÍTIMO DEBATE DESAFIOS DA ATIVIDADE MARÍTIMA EM 2021

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 24/11/2020 - 16:00



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200304-porto-de-igaguai-navio-porteiner-container-correia-transportadora.jpg>

Entre os temas do evento estão a cabotagem, BR do Mar, segurança da navegação na Amazônia e as lições da pandemia para atividades marítimas. Evento será transmitido pelo canal do Tribunal Marítimo no Youtube.

O Tribunal Marítimo promove, nesta quarta-feira (25), o IX Workshop de Direito Marítimo. O evento vai debater os desafios da atividade marítima nacional em 2021. Os painéis serão transmitidos, a partir das 9 horas, pelo canal do Tribunal Marítimo no Youtube.

Esta edição do workshop vai abordar a segurança da navegação na Amazônia e o futuro da cabotagem a partir do programa de incentivo ao modal do governo federal (BR do Mar). O painel 2 vai discutir as lições para o futuro das atividades marítimas a partir da pandemia do novo coronavírus.

Confira abaixo a programação:

Abertura: Vice-Almirante (RM1) WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO, Juiz-Presidente do TM;
Palestra de Abertura - A SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO NA AMAZÔNIA: DIFICULDADES E PERSPECTIVAS

Almirante de Esquadra MARCELO FRANCISCO CAMPOS - Diretor-Geral de Navegação.

PAINEL 1 - O BR DO MAR E O FUTURO DA CABOTAGEM

PALESTRANTES:

CLEBER CORDEIRO LUCAS - Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (ABAC); e

DINO ANTUNES DIAS BATISTA - Diretor do Departamento de Navegação e Hidrovias do Ministério da Infraestrutura (MINFRA)

MEDIADOR:

DIONISIO TAVARES DA CÂMARA JUNIOR - Diretor da Divisão de Registros do TM.

PAINEL 2 - A PANDEMIA: LIÇÕES PARA O FUTURO DAS ATIVIDADES MARÍTIMAS

PALESTRANTES:

Dr. GODOFREDO MENDES VIANNA - Escritório Kincaid Mendes Vianna Advogados;

JONES ALEXANDRE BARROS SOARES - Capitão de Longo Curso - Gerente Executivo de Operações da TRANSPETRO; e MARCELO CHAVES NERI DOS SANTOS - Presidente da Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima (FENAMAR).

MEDIADOR:

ATTILA HALAN COURY

Juiz do Tribunal Marítimo

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/11/2020

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS PARA NAPANT PRORROGADO ATÉ 30/11

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 24/11/2020 - 13:40



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200508-navios-antartica-divulgacao-marinha.jpg>

Navio de apoio oceanográfico Ary Rongel (F44) e Navio polar Almirante Maximiano (F41) - Divulgação MB

Previsão é que a short list, que deverá ter três a quatro proponentes que apresentarem as melhores ofertas, seja divulgada até 5 de fevereiro de 2021.

A Marinha prorrogou para a próxima segunda-feira (30) a data limite para recebimento das propostas dos

interessados na construção do navio de apoio Antártico (NApAnt), cujo prazo iria expirar na quinta-feira (26). A previsão é que a short list seja divulgada até 5 de fevereiro de 2021. O período de negociação, conforme o cronograma, ocorrerá de 19 a 30 de abril.

A short list, que anteriormente estava prevista para ser conhecida em janeiro do ano que vem, deverá ter três a quatro proponentes que apresentarem as melhores ofertas à seleção da força naval. Na fase posterior, as empresas então serão chamadas para melhorar suas ofertas se

aproximando às necessidades da Marinha. O modelo é semelhante ao das fragatas classe Tamandaré.

Os proponentes credenciados receberam a RFP (request for proposal) entre junho e 15 de julho deste ano e puderam pedir esclarecimentos até 23 de outubro. As respostas aos questionamentos foram prestadas no último dia 30 de outubro. A expectativa é que a oferta vencedora seja conhecida em meados de 2021 e que a assinatura ocorra em dezembro de 2021 para que o navio possa ser construído entre 2022 e 2025.

As empresas vencedoras deverão constituir uma sociedade de propósito específico (SPE) para negociação contrato e construção navio. Esta etapa contará com assessoria jurídica e do setor de compliance da Emgepron como fiscalizadora junto a uma sociedade classificadora a ser contratada pela SPE vencedora. Os fornecedores deverão atender aos requisitos de qualidade que a classificadora exigir.

A RFP estabelece que o navio deverá ser construído em estaleiro situado no Brasil. O projeto tem expectativa de geração de 600 empregos diretos e seis mil indiretos. A Marinha exigirá índice de conteúdo local mínimo de 45%, que será calculado a partir da divisão entre custos diretos de produção local (materiais, serviços e mão de obra direta) dividido pelos custos diretos de produção local e importados (custos totais), conforme critérios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/11/2020

‘UM LANDLORD PRIVADO, SEM AMARRAS’, DEFENDE CASTIGLIONI

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 23/11/2020 - 21:12



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/161017-porto-de-vitoria.jpg>

Participando, em Brasília, do Brasil Export 2020 – Fórum nacional de logística e infraestrutura portuária, o presidente da Codesa, Julio Castiglioni, voltou a defender o modelo landlord no processo de desestatização dos portos públicos do país, o que inclui o Porto de Vitória. Segundo ele, “um landlord privado, sem amarras, que dá liberdade negocial para a nova Autoridade Portuária”, é o melhor

caminho. O evento foi aberto nesta segunda-feira (23) e termina amanhã.

Sua explanação aconteceu durante o 1º Enaph (Encontro Nacional de Autoridades Portuárias e Hidroviárias), evento que integra o Brasil Export, no painel Estudos e Oportunidades no Processo de Desestatização de Portos no Brasil. Para Castiglioni, o caminho para o processo de desestatização portuária passaria por uma transformação cultural, o que requer mudanças na legislação do setor, incluindo “a cabeça dos julgadores das leis”, mas, segundo ele, não há mais tempo. “Por isso, na desestatização da Codesa, estamos sendo pragmáticos, em busca de um modelo que dá liberdade negocial para o concessionário, mas não ilimitada, pois será regulado pelo governo, permitindo uma participação social”, destacou.

No modelo de concessão landlord proposto pelo estudo de desestatização da Codesa, dentre outros pontos, possibilita ao gestor mais agilidade e competitividade na administração portuária, numa parceria entre o público e o privado (CNPJ: privado; Ativos: público). De acordo com o presidente da Codesa, em dezembro e janeiro acontece a consulta pública para o recebimento de contribuições à desestatização, com a audiência pública ocorrendo em março de 2021

O painel Estudos e Oportunidades no Processo de Desestatização de Portos no Brasil teve como moderador o presidente da ABTP (Associação Brasileira dos Transportes Portuários), Jesualdo Silva, e os seguintes participantes: o diretor do Departamento de Novas Outorgas e Políticas de Regulatórias Portuárias do Ministério da Infraestrutura, Fábio Lavor Teixeira; o presidente do Porto de Santos, Fernando Biral; o superintendente do Porto de Itajaí, Marcelo Salles, além de Castiglioni.

Fonte: Ascom Codesa

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/11/2020

NOVOS CONCESSIONÁRIOS HERDAM CONTRATOS DE ARRENDAMENTO E PODEM REVISÁ-LOS

Por *Dérika Virgulino* PORTOS E LOGÍSTICA 23/11/2020 - 20:51

Apesar da liberdade de negociação com arrendatários, novos concessionários também deverão ser regulados pela Antaq.

A transferência da gestão dos portos organizados para a iniciativa privada com o processo de desestatização impõe alguns desafios. Um deles é buscar estabelecer uma boa relação entre o concessionário vencedor do leilão com os arrendatários. De acordo com o Diretor do Departamento de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fábio Lavor Teixeira, quem ganhar o processo herda todos os contratos de arrendamentos de áreas e também a liberdade para fazer uma revisão naqueles. A afirmação foi feita durante o Brasil Export, realizado nesta segunda-feira (23).

Ele afirmou que um dos objetivos da desestatização é permitir ao concessionário a liberdade para que - sem a presença do ator público e das várias obrigações que este exige nos contratos - melhore a gestão das operações portuárias como um todo. Porém, segundo ele, o papel da Agência Nacional de Transporte Aquaviários (Antaq) será fundamental e tenderá a ser fortalecido. Portanto, sua atuação será ex-post, ou seja, uma regulação em defesa da livre concorrência.

O diretor-presidente da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), Julio Castiglioni, disse que haverá "liberdade de negociação" entre o concessionário e as empresas arrendatárias. Para tanto, o primeiro aspecto da desestatização será reconhecer que o caráter jurídico dos contratos celebrados entre a nova autoridade e os parceiros deva ser de natureza privada. Ele destacou que caso o contrato fosse público, seriam necessários os mesmos trâmites como licitação, prévia autorização, formulação de Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental (EVTEA), isto é, "trocar seis por meia dúzia", frisou.

Castiglioni disse que para os estudos de modelagem da desestatização da Codesa foram dedicados muito tempo para garantir que ao ente privado a liberdade de negociação. De acordo com ele, a autoridade privada poderá fazer a negociação com liberdade, mas esta não é ilimitada. Ela será regulada pela Antaq e deverá atender a determinados parâmetros, deverá cumprir com o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ), entre outros aspectos. Para isso o modelo deve criar ferramentas para garantir que "o processo seja republicano", disse.

Ele destacou ainda que os contratos já celebrados sejam considerados atos jurídicos que se aperfeiçoaram e que, portanto, devem ser respeitados. "É o que manda a Constituição", pontuou. Já os contratos que estão para vencer caberão ao concessionário analisar qual deverá ser renovado ou não. Ele informou que a escolha deverá levar em consideração a preservação do interesse público. Na Codesa ele afirmou que existem contratos para vencer em 2023, 2025 e 2030.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/11/2020

O MELHOR PARA CODESA SERÁ MANTER O ATIVO COM A UNIÃO, DIZ DIRETOR

Por *Dérika Virgulino* PORTOS E LOGÍSTICA 23/11/2020 - 19:58



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/181129-codesa.jpg>
Arquivo

Estudos de desestatização da Codesa indicam que, embora a gestão seja transferida para a iniciativa privada, o ativo permanece nas mãos do estado.

O processo de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) já está em fase de finalização e deve ser apresentado à sociedade no

próximo mês, por meio de audiências públicas. De acordo com Diretor do Departamento de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fábio Lavor Teixeira, a partir dos estudos de modelagem, percebeu-se que o melhor para a companhia seria passar a gestão para o ente privado, porém mantendo o ativo com o estado.

Teixeira explicou que essa decisão foi tomada levando em consideração as características da Codesa. “Não foi uma definição anterior, mas sim fruto dos estudos e da discussão com arrendatário, operadores, donos de cargas”, disse Teixeira durante o Brasil Export, realizado nesta segunda-feira (23). Ele afirmou que em outros portos possa ser escolhido o modelo chamado de “tuperização”, em que se entrega não apenas a administração, mas também todo o ativo para o ente privado.

O diretor-presidente da Codesa, Julio Castiglioni, também presente ao evento, afirmou que, no caso desta companhia, transformá-la em um “grande TUP (Terminal de Uso Privado)”, poderia acarretar na verticalização da cadeia logística, provocando sérios prejuízos à atividade econômica local. Segundo ele, será melhor garantir que o poder concedente mantenha para si a política pública e permita a diversidade no atendimento às cadeias logísticas e econômicas. “Pode ser que outros (portos) que já tenham característica de verticalização, centralização de uma ou duas cargas, possa se tornar um grande TUP sem resultar em muitas alterações”, destacou.

Ele disse ainda que a desestatização da Codesa significou uma forma de realizar mudanças importantes no porto, sem que curto ou médio prazo. Para Castiglioni, o caminho para tornar adequado o modelo LandLord Port seria muito longo, pois, além de implicar em uma ampla mudança, sobretudo no plano normativo, também seria necessário uma mudança cultural. A ideia é que o modelo para a companhia seja o chamado Private LandLord. “Se Codesa, SPA (Santos Port Authority) e o Porto de Itajaí tem essas amarras de uma modelo estatal, então vamos testar outra maneira”, frisou.

De acordo com Teixeira, o objetivo com a desestatização dos portos é oferecer mais liberdade de atuação para a Autoridade Portuária e trazer para o setor parceiros que possam, de fato, fazer os investimentos que os portos precisam. Ele disse que desde 2013, com a aprovação da Lei dos Portos (Lei n.12.815/13) que a ideia é trazer para o setor programas de longo prazo, estruturantes e que aproxime o país das boas práticas internacionais. “E a desestatização é mais uma passo que estamos dando. A nossa busca é um modelo com mais flexibilidade e agilidade”, completou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/11/2020